Revista da AMPERN

Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte - Edição especial - Nº 08 - Outubro/Dezembro de 2013

Edição Especial

XX

CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DE 30 DE OUTUBRO A 2 DE NOVEMBRO DE 2013

CENTRO DE CONVENÇÕES DE NATAL - RN

25 ANOS DO NOVO MINISTÉRIO PÚBLICO: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE

AMPERN

O Presidente Eudo Rodrigues Leite fala sobre os desafios e as conquistas da Associação do Ministério Público do RN

CONAMP

O Presidente da Entidade, César Mattar Jr., aborda, em artigo, os desafios para o Ministério Público do futuro

MPRN

Entrevistas com o Procurador-Geral de Justiça, Rinaldo Reis, e o Ex-procurador Geral de Justiça Manoel Onofre Neto

>>> E mais: dicas de gastronomia, viagem, livro, vinho e filme

faça!

Prêmio Inovação em seguros

Antonio Carlos de Almeida Braga

para o desenvolvimento sustentável

R$ 20 mil
para os
1os colocados

Categorias

- Produtos e Serviços
- Processos
- Comunicação

Prêmio Antonio Carlos de Almeida Braga 2013 Inovação em seguros

CNseg

Para o desenvolvimento sustentável

Baixe um leitor QR code, fotografe o código e veja o **regulamento na íntegra**.

Participe!

Inscrições de 15 de julho a 31 de outubro

www.premioseguro2013.com.br

InovacaoemSeguros

#AtitudeQueTransforma

CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DE 30 DE OUTUBRO A 2 DE NOVEMBRO DE 2013
CENTRO DE CONVENÇÕES DE NATAL - RN

Caros membros e colaboradores do Ministério Público brasileiro,

Sejam bem-vindos a Natal.

Na data de hoje, 30 de outubro, até o próximo dia 02 de novembro de 2013, estaremos reunidos no Centro de Convenções de Natal/RN para participar do XX Congresso Nacional do Ministério Público.

A temática principal, "25 anos do novo Ministério Público: a construção de uma identidade", lança um olhar sobre o processo de construção da identidade do Ministério Público pós-Constituição Federal de 1988, o qual, através das relevantes atribuições conferidas pela referida carta constitucional, foi erigido à condição de "Promotor da Cidadania".

A reflexão institucional proposta tem grande relevância e interessa a todos os membros e servidores do Ministério Público brasileiro, uma vez que uma definição de novos rumos impactará na atuação de todos, individualmente, e, principalmente, na eficiência, na eficácia e na atuação da instituição como um todo. Essa temática será amplamente discutida nas comissões temáticas, em painéis e grupos de trabalho setorial.

Além disso, teremos diversas outras discussões de grande interesse social e do próprio Ministério Público, como o poder investigatório do MP, o combate à corrupção, a cooperação jurídica internacional, os modelos de atuação do MP em outras nações, bem como discussões na seara da defesa da criança e do adolescente, da defesa do consumidor, entre outros.

Contaremos com reuniões dos mais diversos órgãos e entidades colegiadas do Ministério Público, como a CONAMP, o CNPG, membros do CNMP, o Conselho de Corregedores-Gerais, o Conselho de Ouvidores-Gerais e o Conselho das Escolas Superiores do Ministério Público, além de reuniões do GNMP, do MPD, da IAP (International Association of Prosecutors), do MPCON, da AMPID, da AMPASA e da ABRAMPA.

Agradecemos a todos os patrocinadores e apoiadores, sem os quais seria impossível realizar um evento desta magnitude.

Noutro pórtico, registre-se que a Cidade do Natal, capital do RN, e sua região metropolitana, possuem muitos atrativos turísticos, como belíssimas praias, lagoas e dunas, além de contar com excelente infraestrutura hoteleira.

Por todas essas razões, desejamos uma excelente estada e um proveitoso congresso para todos.

César Bechara Nader Mattar Jr.
Presidente da Conamp

Eudo Rodrigues Leite
Presidente da Ampern

Comissão organizadora

Dr. Eudo Rodrigues Leite
Presidente da Ampern

Dr. Flávio Sérgio de Souza Pontes Filho
Diretor de Comunicação

Dra. Valdira Câmara Pinheiro Costa
Diretora Cultural

Dr. Erickson Girley Barros dos Santos
1º Diretor Financeiro

Dr. Marconi Antas Falcone de Melo
2º Diretor Financeiro

Dra. Adriana Melo Diniz
Diretora Social

Dra. Melissa Tabosa Egito
1ª Secretária

A Revista da AMPERN é uma publicação da Associação do Ministério Público do RN.

CONSELHO EDITORIAL
Presidente
Eudo Rodrigues Leite

Vice-presidente
Daniel Lobo Olímpio

Diretor de Comunicação
Flávio Sérgio de Souza P. Filho

Textos e Edição
Jornalista Zenaide Castro (446-JP/RN)
zenaide.castro@hotmail.com

Fotos
Assis Oliveira
Ascom MPRN

Diagramação e Projeto Gráfico
***Faça!* Comunicação e Design**
facarn@facarn.com | 84 3086.4815

Revisão
Espedito Cardoso

Endereço da AMPERN
Av. Amintas Barros, 4175, Lagoa Nova
Natal/RN - Fone: 84 3206-8500
Site: www.ampern.org.br

XX Congresso Nacional do Ministério Público reúne 1.500 Procuradores e Promotores de Justiça de todo o Brasil

Depois de meses de preparação, finalmente a AMPERN e a CONAMP recebem Promotores e Procuradores de Justiça de todo o Brasil em Natal para a realização do XX Congresso Nacional do Ministério Público. O tema central é "25 anos do novo Ministério Público: a construção de uma identidade". Além da programação científica do congresso, com a participação de palestrantes renomados da área jurídica, uma ampla programação social e turística foi cuidadosamente preparada para possibilitar aos participantes, especialmente os que vieram de outros Estados, desfrutarem dos atrativos da cidade.

Durante três dias, palestrantes, tesistas e participantes discutirão temas de relevância para o Ministério Público e para a sociedade brasileira. Serão apresentadas 77 teses por congressistas, previamente aprovadas pela Comissão Científica do evento (formada pelos Promotores de Justiça Marconi Antas – Coordenador, Melissa Egito, André Mauro Lacerda, Elaine Cardoso, Marcus Aurélio Barros, Morton Medeiros, Erickson Girley Barros e Roger Rodrigues) e relacionados com a política institucional, a seara criminal e a cível, trabalhos estes que, além de terem sido publicadas no site do congresso, foram publicados em um livro, com ISBN, pela editora Gomes e Oliveira, inclusive em formato de e-book.

Entre os temas abordados nos painéis do XX Congresso Nacional do

Ministério Público, temos: o "Poder de investigação criminal do Ministério Público"; "Estrutura e modelos de atuação do Ministério Público em outros países"; "Cooperação jurídica internacional e atuação do Ministério Público"; "Telefonia celular e relações de consumo"; "Racionalização da atuação do Ministério Público: enfoque constitucional e necessidade de otimização das despesas em face das prioridades institucionais"; "Processo de execução nas ações civis públicas: instrumentos e mecanismos para a exequibilidade das decisões em ações coletivas"; "Sonegação e Inadimplência de Tributos na Concorrência/ Crime Organizado na seara dos combustíveis"; "Infância e Juventude: A crise do sistema socioeducativo brasileiro: papel do Ministério Público e obrigações do Estado versus obrigações do adolescente"; "Seguro e a proteção do consumidor turista", e "Improbidade administrativa: perspectivas e desafios".

Além disso, teremos diversos grupos de trabalho setorial, em áreas como: a defesa do consumidor (com a atualização do Código de Defesa do Consumidor); criminal (com a discussão acerca da "Justiça criminal e estado de inocência"); pessoa portadora de necessidades especiais; meio ambiente; saúde, bem como reunião conjunta dos colegiados (membros do CNMP, CONAMP, CNPG, CNCGMP, CNOMP e CDEMP), além de reuniões do Grupo Nacional do Ministério Público – GNMP, do Movimento do Ministério Público Democrático – MPD e da "International Association of Prosecutors".

Teremos, ainda, o lançamento de cerca de dez livros de membros do Ministério Público nas mais diversas searas.

PRESIDENTES DA CONAMP E DA AMPERN ASSINAM TERMO DE PARCERIA PARA O XX CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Dois anos de muito trabalho para realizar um grande evento

A preparação do XX Congresso Nacional do Ministério Público começou há cerca de dois anos, durante a 19ª edição do evento, ocorrida em Belém/PA, no mês de novembro de 2011. A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte

Comissão Organizadora - da esquerda para a direita: Dr. Marconi Antas, Dr. Erickson Girley dos Santos, Dr. Flávio Pontes, Dr. Eudo Leite, Dra. Valdira Câmara, Dra. Melissa Tabosa Egito e Dra. Adriana Melo Diniz.

aproveitou a oportunidade para divulgar o congresso e atrair as atenções em torno da sua realização em Natal. Para isso, foi produzido um material institucional sobre a cidade-sede, com foco nos pontos de maior atração turística, como o Morro do Careca, a Ponte Newton Navarro, a praia de Pipa, as dunas de Genipabu, os passeios de buggys, o artesanato e a gastronomia potiguar.

Foi confeccionado material de divulgação, inclusive um banner medindo 3 metros de largura, com a foto do mais famoso cartão postal de Natal – a praia de Ponta Negra com o Morro do Careca - exposto no estande da AMPERN. Também foram entregues brindes com as delícias da gastronomia regional e pen drives em formato de caju contendo imagens dos principais pontos turísticos. Para essa ação de lançamento do XX Congresso Nacional do Ministério Público, a AMPERN contou com a colaboração do Natal Convention & Visitors Bureau, que prestou toda a consultoria e forneceu brindes que foram entregues aos participantes do evento em Belém.

Segundo o Procurador Geral de Justiça do MPRN e Presidente da AMPERN à época, Rinaldo Reis, a receptividade por parte dos participantes do evento na capital paraense em relação a Natal como cidade-sede do congresso em 2013 foi excelente.

A última vez em que Natal sediou um evento nacional foi há mais de 20 anos. Agora, a cidade dispõe de uma infraestrutura preparada para receber congressistas de todo o País. São hotéis, Centro de Convenções, restaurantes, como também inúmeras atrações turísticas que encantam todos os que visitam a cidade, com suas praias e belas dunas.

Todavia, foi a partir de junho de 2012, com a nova gestão da AMPERN, que o trabalho de organização do congresso se intensificou. O Presidente-Executivo, Eudo Leite, o Secretário-Executivo, Flávio Pontes, e os demais membros da Comissão Organizadora (Adriana Diniz, Erickson Girley, Marconi Antas, Melissa Egito e Valdira Câmara, todos da diretoria da AMPERN) realizaram entrevistas e contrataram dezenas de empresas, algumas de grande porte, como a transportadora oficial, a TAM. Além disso, houve um enorme trabalho para obtenção de apoios e patrocínios, essenciais para a realização de um evento dessa magnitude.

A referida comissão trabalhou mais próxima à Verbo Eventos, empresa contratada para a organização do congresso, mas contou, ainda, com a Flytour, operadora de turismo que providenciou passagens e hospedagem para os participantes e seus acompanhantes, além da programação dos passeios pela cidade e pelo litoral potiguar, e com a Marca Propaganda e Marketing, que criou as peças publicitárias e a sinalização do Centro de Convenções.

Moraes Neto

"Atuar na organização do XX Congresso Nacional do Ministério Público foi uma experiência excelente. Apesar de, desde 1999, quando fundamos a empresa, termos formado um perfil expertise em congressos da área jurídica, ainda não havíamos atuado na carreira do Ministério Público. Afora todas as nuances singulares que a atividade do MP possui, foi extremamente interessante a vivência da construção do evento, ao longo de mais de um ano e meio de trabalho.

Observar o histórico do Congresso, sentir e captar a expectativa do cliente, propor e colaborar diretamente para a escolha de cada detalhe e, sobretudo, buscar a inovação, porém sempre respeitando a qualidade histórica é, sem dúvida, um desafio, afinal o público que desembarca no evento não faz ideia das dificuldades vencidas. No entanto, o desenvolvimento do trabalho, mesmo nos momentos de tensão e incerteza, aconteceu de forma cordial, respeitosa e bem-humorada. Agradecemos pela confiança do cliente AMPERN, na pessoa do Presidente Eudo Leite, e de todos que fazem a Comissão Organizadora. Sentiremos saudades. A Equipe Verbo e os nossos parceiros de trabalho esperam ter honrado a missão".

Sylvia Serejo – Diretora da Verbo Eventos

"Participar do mais importante evento jurídico do Brasil é uma oportunidade ímpar e um privilégio para nós que fazemos a Marca Propaganda. É estar inserido num momento histórico da nossa democracia, após a constituição de 1988. Principalmente, pelo novo e importante direcionamento das funções institucionais do Ministério Público, em defesa dos interesses do nosso povo. Assim, ser parceiro da AMPERN, na criação, estratégia e execução da comunicação deste evento, muito nos honra. Divulgado para todo o País, através de diversas peças publicitárias, desenvolvemos para este congresso uma campanha que faz jus à sua importância para o meio jurídico e para toda a sociedade brasileira".

José Ivan – Diretor da Marca Propaganda & Marketing

"É um imenso prazer para nós que fazemos parte da unidade Flytour American Express, em Natal, participar do XX Congresso Nacional do Ministério Público, como agência de viagens oficial do evento. No período que antecedeu o congresso, nossa agência se responsabilizou pelas reservas e emissões de passagens aéreas (com descontos de 25% com a TAM, transportadora oficial do evento), além das reservas em hotéis, com tarifas especiais para os congressistas.

Nosso objetivo é facilitar a vida daqueles que utilizam os nossos serviços e oferecemos desde o transfer, hospedagem, passeios locais, regionais e até Fernando de Noronha, esta paradisíaca ilha que vários participantes optaram por conhecer, com nosso pacote exclusivo. Estaremos presentes nos dias do congresso no próprio local do evento, dando apoio aos participantes. Para nós da Flytour, contribuir com uma pequena parcela do sucesso de um evento dessa magnitude é, sem dúvida, uma grande satisfação. Agradeço pela oportunidade de realizar este trabalho juntamente com a Verbo Eventos e espero que esse seja o início de uma longa parceria".

Flávio Assis – Diretor da Flytour American Express

PROGRAMAÇÃO

Confira abaixo a programação do XX Congresso Nacional do Ministério Público, que tem como tema "25 Anos do Novo Ministério Público: A Construção de uma Identidade"

CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DE 30 DE OUTUBRO A 2 DE NOVEMBRO DE 2013
CENTRO DE CONVENÇÕES DE NATAL - RN

DIA 30/10/2013 (Quarta-feira)

08h00 - 18h00 Credenciamento (Centro de Convenções de Natal)
09h00 - 18h00 Reuniões dos Colegiados (Local: Serhs Natal Grand Hotel)
19h00 - 20h00 Solenidade de Abertura
20h00 - 21h15 Apresentação Cultural
21h15 - Coquetel com Apresentações Musicais

DIA 31/10/2013 (Quinta-feira)

08h30 - 10h00 » Painel inaugural: "Poder de investigação criminal do Ministério Público"
Coordenador: Alexandre Magno Lacerda – Presidente da Associação do Ministério Público do Mato Grosso do Sul
Painelistas: 1) Lênio Streck – Procurador de Justiça do MP/RS **2)** António Cluny – Procurador Português e Presidente da MEDEL (Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdades)
10h00 - 10h20 Coffee Break
10h20 - 11h20 » Painel 02: "Estrutura e modelos de atuação do Ministério Público em outros países"
Coordenador: Manuel Pinheiro de Freitas – Promotor de Justiça do MP/CE
Painelistas: 1) Carla Deveille-Fontinha – Procuradora do Ministério Público Francês (Magistrada de ligação da Embaixada Francesa no Brasil); **2)** Derk Kuipers (Holanda) – Secretário-Geral da International Association of Prosecutors – IAP
11h30 - 12h30 » Painel 03: "Cooperação jurídica internacional e atuação do Ministério Público"
Coordenador: Rômulo de Carvalho Ferraz – Secretário de Defesa Social do Estado de Minas Gerais
Painelistas: 1) Edilson Mougenot Bonfim – Procurador de Justiça do MP/SP **2)** Jane de Lozey (Reino Unido) – Procuradora-Chefe do Gabinete de Combate às Fraudes Graves do Reino Unido
12h30 - 14h30 Intervalo para Almoço
14h30 - 15h30 » Painel 04: "Telefonia celular e relações de consumo"
Coordenador: Ney Lopes Júnior – Coordenador Geral do Procon/RN
Painelistas: 1) Murilo de Morais e Miranda – Promotor de Justiça do MP/GO e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON **2)** José Américo Leite Filho - Diretor Jurídico da FEBRATEL
15h30 - 15h50 Coffee Break
15h50 - 17h20 » Grupos de Trabalho Setorial: 1) Consumidor: "Atualização do Código de Defesa do Consumidor" – Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON; **2)** Criminal: "Justiça criminal e estado de inocência" – Orlando Faccini Neto – Juiz de Direito; **3)** Pessoa portadora de necessidades especiais: AMPID; **4)** Meio ambiente: ABRAMPA; **5)** Saúde: AMPASA; **6)** Reunião conjunta dos colegiados (membros do CNMP, CONAMP, CNPG, CNCGMP, CNOMP, CDEMP); **7)** Grupo Nacional do Ministério Público – GNMP; **8)** Movimento do Ministério Público Democrático – MPD; **9)** International Association of Prosecutors: Janne Hubner (Dinamarca), Gerente de Comunicações da IAP.
17h30 - 18h30 » Painel 05: "Racionalização da atuação do Ministério Público: enfoque constitucional e necessidade de otimização das despesas em face das prioridades institucionais"
Coordenador: Marcelo Ferra – Conselheiro do CNMP
Painelistas: 1) André Ramos Tavares – Professor da PUC/SP **2)** Carlos Vinícius – Promotor de Justiça do MP/GO
22h00 Programação social: Peppers Hall (por adesão)

DIA 01/11/2013 (Sexta-feira)

08h30 - 09h30 » Painel 06: "Processo de execução nas ações civis públicas: instrumentos e mecanismos para a exequibilidade das decisões em ações coletivas"
Coordenador: Tito Amaral – Promotor de Justiça e ex-Conselheiro do CNMP
Painelistas: 1) Elton Venturi – Procurador Regional da República da 3.ª Região **2)** Hermes Zanetti Jr. – Promotor de Justiça do MP/ES
09h30 - 10h00 » Case: "Sonegação e Inadimplência de Tributos na Concorrência / Crime Organizado na seara dos combustíveis" - Maurício Salvadori, MP/SP
10h00 - 10h20 Coffee Break
10h20 - 11h20 Comissões Temáticas (Apresentação de Teses)
11h30 - 12h30 » Painel 07: "Infância e Juventude: A crise do sistema socioeducativo brasileiro: papel do Ministério Público e obrigações do Estado versus obrigações do adolescente"
Painelistas: 1) Murilo Digiácomo – Promotor de Justiça do MP/PR **2)** Manoel Onofre Neto – Promotor de Justiça do MP/RN
12h30 - 14h30 Intervalo para Almoço
14h30 - 15h30 » Painel 08: "Seguro e a proteção do consumidor turista"
Coordenador: Paulo Castilho – Promotor de Justiça do MP/SP
Painelistas: 1) José Augusto Peres Filho – Promotor de Justiça do MP/RN **2)** Angélica Carlini – Especialista em Direto do Seguro **3)** Bruno Miragem – Professor da UFRGS
15h30 - 15h50 Coffee Break
15h50 - 17h20 Comissões Temáticas (Apresentação de Teses)
17h30 - 18h30 » Painel 09: "Improbidade administrativa: perspectivas e desafios"
Coordenador: Afonso de Ligório - Promotor de Justiça do MP/RN
Painelistas: 1) Emerson Garcia – Promotor de Justiça do MP/RJ **2)** Sílvio Marques – Promotor de Justiça do MP/SP
21h00 Festa de Encerramento

DIA 02/11/2013 (Sábado)

10h00 - 13h00 Plenária
13h00 Encerramento do Congresso

Cedida

"Foi com grande satisfação que recebi o convite para ser um dos palestrantes do XX Congresso Nacional do Ministério Público, sob o tema "25 anos do novo ministério público: a construção de uma identidade". Neste tempo de avanços e (alguns) retrocessos, vimos o estabelecimento de uma nova ordem constitucional, a consolidação da democracia brasileira e a afirmação do imprescindível papel do Ministério Público no cenário jurídico-social pátrio. Muito já fizemos, mas ainda há muito a se fazer, de forma que momentos como este são significativos para uma olhar crítico auto-reflexivo, possibilitando avanços que venham agregar em nosso constructo identitário e, principalmente, numa melhor prestação das atividades a nós constitucionalmente delineadas. Minhas expectativas para este evento são as melhores possíveis. Que os bons ventos da bela Natal possam inspirar nossos (re)encontros e nossas reflexões".

Lenio Luiz Streck

Cedida

"Ao Ministério Público incumbe a defesa da legalidade democrática. O MP exerce, por isso, a ação penal, atua em defesa dos mais desprotegidos e dos interesses coletivos nas diferentes jurisdições. A democracia moderna comporta uma dimensão básica: a existência de direitos e garantias constitucionais diretamente invocáveis junto dos tribunais. O MP age para garantir os direitos fundamentais e, portanto, numa perspectiva de política criminal extra-maioritária. Quando exerce a ação penal, o MP procede - como diz a Constituição Brasileira - através e por causa da função jurisdicional; como motor de legalidade, que compete aos tribunais fazer concretizar e cuja violação devem punir".

António Cluny

Cedida

"Estarei, com grande alegria, no XX Congresso Nacional do Ministério Público, para discutir a jurisdição criminal e o estado de inocência. Com alguma insistência, a reverência merecida ao princípio da presunção da inocência tem deixado de lado uma outra face, igualmente relevante, de nossa normatividade constitucional, gerando uma espécie de miopia por parte dos operadores do Direito. A tentativa de conciliar a inocência presumida com o inequívoco objetivo de uma jurisdição penal eficiente, e que não descure da necessária proteção dos direitos e interesses fundamentais daqueles violados por práticas criminosas, haverá de ser o núcleo de nossa abordagem. No fim das contas, trata-se de uma tentativa de trazer a ideia da integridade para o âmbito do Direito Penal, para que a nossa atuação não se confunda com algo como uma "música de uma nota só".

Orlando Faccini Neto

Cedida

"Será uma imensa honra poder compartilhar ideias, experiências e propostas de ação com colegas de todo o Brasil, na certeza de que, a partir da intervenção do Ministério Público no plano coletivo e da efetiva implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, será dada uma resposta muito mais adequada e eficaz aos adolescentes autores de ato infracional e à sociedade brasileira do que a proporcionada pelo Sistema Penal, reconhecidamente ultrapassado e ineficiente sob todos os aspectos".

Murillo José Digiácomo

PROGRAMAÇÃO SOCIAL

Vitor Souza Lima

Banda Moinho

Luciana Brasil

Uskaravelho

Hilkélia - Ópera Rock

Banda Patusco

Diogo Guanabara e Macaxeira Jazz

O XX Congresso Nacional do Ministério Público terá uma ampla programação social, reunindo nomes da música do cenário local e nacional. Quem abre o evento, na primeira noite, será a atriz Titina Medeiros e o ator César Ferrario, componentes do grupo teatral portiguar "Clowns de Shakespeare". Titina ficou conhecida nacionalmente com o seu trabalho na novela “Cheias de Charme”, da Rede Globo. A dupla de atores fará uma breve interpretação, introduzindo o musical “Ópera Rock”, que une poesia e músicas de época, além de sucessos do cinema e do rock mundial, numa mescla do lírico e do rock.

O musical tem como estrela a cantora lírica potiguar Hilkélia, que, em breve, deverá despontar no cenário nacional, além de outros vocalistas de bandas de rock e cantores líricos potiguares.

Titina Medeiros e César Ferrario

Após o musical, será oferecido um coquetel, comandado pelo Olimpo, regado ao som de outra atração da noite, que será a apresentação do grupo instrumental “Macaxeira Jazz”, integrado pelo bandolinista Diogo Guanabara, trazendo para o palco a suavidade do chorinho e de grandes sucessos da MPB.

Na noite de quinta-feira, 31 de outubro, a programação social será por adesão, no Pepper´s Hall, famosa casa noturna da cidade, com opções de bandas de forró e música pop, e, ao final, o comando de DJ´s locais.

Na festa de encerramento do congresso, na noite de sexta-feira, 01 de novembro, o clima promete esquentar na pista de dança do Pavilhão Parque das Dunas, no Centro de Convenções de Natal, local do evento.

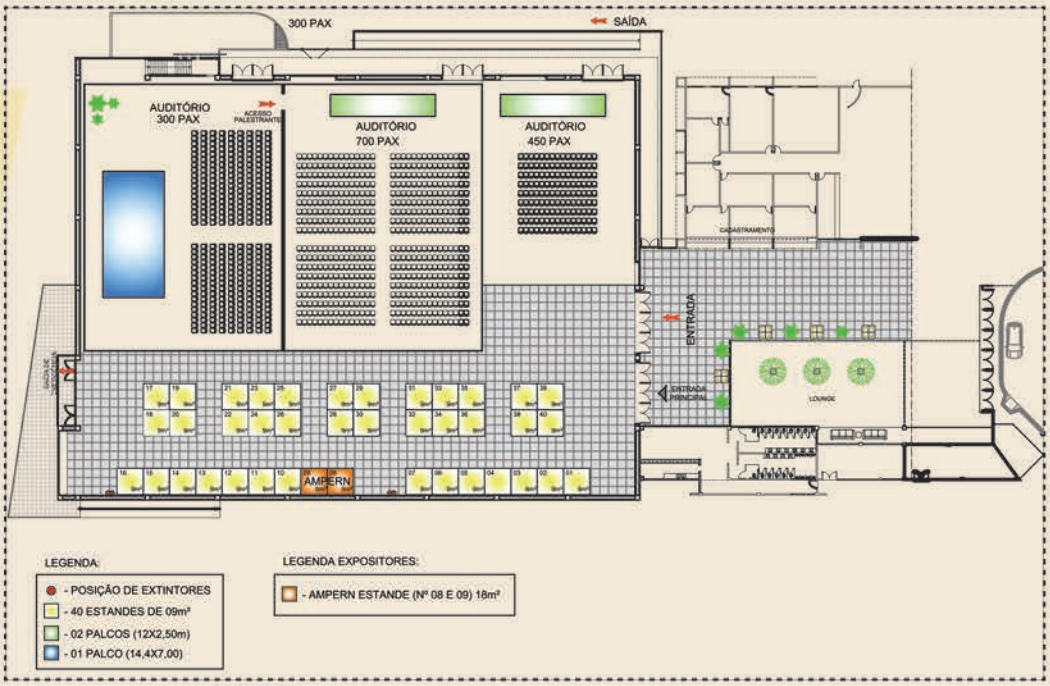
Nesta noite, quem comanda a parte gastronômica é Nick Buffet, de Inês Motta. Além disso, teremos várias atrações musicais.

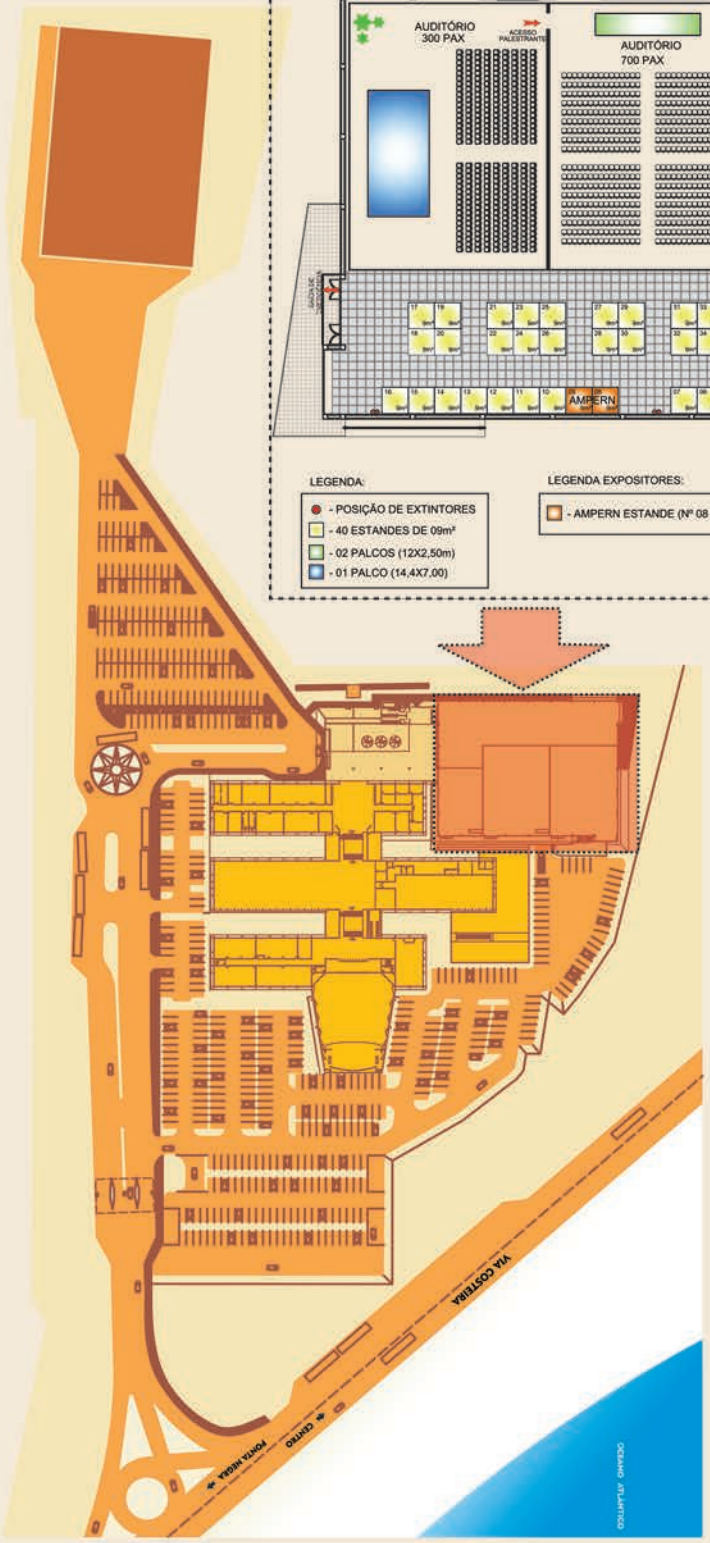
Iniciando, teremos o cantor natalense Rodrigo Lacaz, seguido da apresentação da banda carioca “Moinho”, que tem como vocalistas a atriz da Rede Globo Emanuelle Araújo e a percussionista Lan Lan, que integrou a banda da cantora Cássia Eller. A banda toca samba de qualidade e é o principal grupo do circuito de samba, na Lapa, Rio de Janeiro.

Em seguida, teremos a banda potiguar “Uskaravelho”, tocando o melhor do Pop Rock nacional, especialmente dos anos oitenta, e, ao final, show da banda “Patusco”, de Olinda/PE.

XX CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM NÚMEROS

1.500 pessoas	Número de participantes
77 teses	Trabalhos inscritos
600m²	Área de montagem
15.000m²	Área total do evento





Planta baixa do evento

- PAVILHÃO PARQUE DAS DUNAS
- ESTACIONAMENTO
- COMPLEXO CENTRAL
- PAVILHÃO MORTON MARIZ DE FARIA

CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DE 30 DE OUTUBRO A 2 DE NOVEMBRO DE 2013

CENTRO DE CONVENÇÕES DE NATAL - RN

A atual diretoria da AMPERN tomou posse em 18 de maio de 2012, contando, atualmente, portanto, com cerca de um ano e meio de gestão. Nessa entrevista, o Presidente da AMPERN, Eudo Leite, fala acerca dos projetos e desafios enfrentados na gestão da Entidade nesse período, tratando de aspectos administrativos da própria Entidade, da defesa judicial e administrativa dos associados, bem como na luta em defesa das prerrogativas e interesses dos membros do Ministério Público potiguar e brasileiro.

Pres. AMPERN Eudo Leite

uma gestão de muitos desafios e conquistas

Revista da AMPERN – Qual o balanço que o Sr. faz desse um ano e meio de gestão à frente da AMPERN?

EUDO LEITE: Considero que, dentro de nossas naturais limitações, o balanço é positivo. Assim que assumimos a Entidade, buscamos realizar uma reestruturação administrativa e da infra-estrutura de equipamentos e serviços da associação. Adequamos os contratos de trabalho e de prestação de serviços da Entidade à legislação tributária e trabalhista em vigor. Contratamos nova colaboradora para a área financeira e nova empresa de consultoria contábil, além da contratação de empresa de consultoria em informática para a reestruturação do parque da informática (com aquisição de servidor para instalação de rede, nobreaks, incremento da rede Wi-fi, compartilhamento de máquinas e impressoras, entre outras medidas), tudo com vistas a uma maior economia de recursos, segurança da informação e uma melhor prestação de serviços aos nossos associados.

Na área de comunicação, elaboramos um plano de mídia para a associação, criamos um novo site para a AMPERN (com novo layout e utilização de novas tecnologias, adaptáveis ao uso por tablets e smartphones, além de comportar o armazenamento de vídeos institucionais), reativamos a "Revista da AMPERN", readequamos o "AMPERNews" e instituímos o projeto "Direto do Plenário" (com o acompanhamento da assessoria de comunicação da Entidade às principais sessões do Colégio de Procuradores e CSMP), além da criação de grupo da diretoria no whatsapp, proporcionando incrível agilidade nas decisões de temas relevantes e urgentes para a classe.

Na seara da política institucional, mantivemos o forte engajamento da AMPERN na defesa dos direitos, prerrogativas e atribuições do Ministério Público. Participamos ativamente da luta contra a PEC 37, seja compondo a comissão da CONAMP e CNPG, destinada ao seu enfrentamento, seja participando dos atos públicos realizados em diversas comarcas do RN. Aliás, o modelo de atos públicos nas comarcas, adotado por todos os MP´s brasileiros, na estratégia de luta contra a PEC da Impunidade, partiu de sugestão da AMPERN, inclusive porque realizamos o primeiro ato dessa natureza, ainda em junho de 2012, na Câmara Municipal de Natal. Lutamos pela sanção da lei que reduziu a diferença de entrância de 10 para 5%, em que tivemos sucesso, entre outros pro-

"Memorial Manoel Alves Pessoa Neto"

O fim do ano de 2012 foi marcado pela inauguração do Memorial em homenagem ao Promotor de Justiça Manoel Alves Pessoa Neto, assassinado no dia 08 de novembro de 1997, enquanto exercia as suas funções na comarca de Pau dos Ferros, interior do Estado do RN. O Promotor, associado da AMPERN, foi assassinado por um matador profissional, a mando do Juiz da Comarca, Francisco Pereira de Lacerda, em razão do referido Juiz ter descoberto que o Promotor iria representá-lo perante o TJRN, por diversas irregularidades no exercício funcional.

O memorial foi inaugurado pela AMPERN e PGJRN, com exposição de fotos, documentos, a beca utilizada nas audiências, recortes dos jornais da época e outros objetos que pertenceram ao Promotor.

A solenidade foi acompanhada por autoridades, membros do MPRN e familiares do Promotor de Justiça homenageado. "Recebo como justa essa iniciativa simbólica do Ministério Público do Rio Grande do Norte a um homem que teve a sua vida ceifada justamente por causa de sua coragem. Acompanho ao longo dos anos o avanço do MPRN e constato que a semente plantada por meu pai não foi em vão", destacou, emocionado, o seu filho, André Alves Pessoa.

O Presidente da AMPERN, Eudo Leite, disse que ao longo dos 15 anos posteriores ao bárbaro assassinato do Promotor de Justiça Manoel Alves Pessoa Neto, não por coincidência, o MPRN teve avanços significativos no combate às mazelas sociais, com atuação destacada no combate à corrupção. "Manoel Alves Pessoa Neto era um homem de coragem, hombridade e que sacrificou a sua vida em prol da sociedade. Deixou um legado de atuação firme e combativa que deve ser lembrado a cada dia pelos membros do MPRN, razão da importância de um memorial como o que hoje se inaugura".

Na seara da segurança institucional, a AMPERN tem apoiado as iniciativas do MPRN nos últimos três anos, contribuindo para a realização de cursos de tiro (básico e avançado), além de ter custeado o referido memorial.

jetos de lei de interesse da categoria que defendemos.

Ajuizamos ações em favor de associados, ativos e aposentados, e estamos acompanhando dezenas de feitos judiciais de interesse da categoria. Demos assistência jurídica a diversos associados em procedimentos junto à Corregedoria do MPRN e junto ao CNMP. Requeremos à PGJRN o pagamento da PAE a diversos aposentados e pensionistas, o que foi deferido.

Buscamos inovar nas atividades de congraçamento dos associados, instituindo os "Encontros Gastronômicos" (jantares ou degustações harmonizadas com vinho, cerveja ou outras bebidas), que já contam com quatro edições. Realizamos todas as festas do calendário da AMPERN, mantendo o padrão de qualidade que sempre foi uma marca dos eventos da nossa Entidade e inovando na programação.

Obtivemos o reconhecimento do projeto "Transporte urbano e população idosa: construindo uma nova relação", que recebeu menção honrosa no Prêmio Innovare, reconhecimento da ONU, sendo citado recentemente pelo programa "Globo Repórter", da TV Globo. Esse projeto foi executado pela AMPERN, com patrocínio do Banco Santander, coordenação das associadas Rebecca Monte e Iadya Gama Maio e o apoio da assistente social Maria Luíza, contratada pela associação e idealizadora do projeto.

Mantendo a altivez e independência necessárias, construímos parcerias relevantes para o MPRN, como a atuação conjunta com a PGJ nas comissões de combate à PEC 37, nas discussões com o Governo do Estado para garantia do orçamento, na celebração de convênio para gestão do projeto "Aprendendo a Ser Cidadão com o Ministério Público", na participação do Comitê de Crise do MPRN, na realização de cursos de tiro e do "Dia do Ministério Público", bem como na execução do "Memorial Manoel Alves Pessoa Neto".

Propusemos e construímos, com a classe, uma agenda propositiva da AMPERN para os candidatos a PGJ, na última eleição, com diversos temas de interesse da categoria. Nos dois debates que a AMPERN realizou na referida eleição, foram colhidos os compromissos dos candidatos com esta agenda.

Enfim, podemos destacar que um dos maiores desafios dessa gestão, juntamente com a luta contra a PEC 37, foi a organização do XX Congresso Nacional do Ministério Público. Foram muitos meses de preparação, iniciando mesmo antes de assumir a Presidência da AMPERN. Participei de quase uma centena de reuniões com a comissão organizadora, comissão científica, dezenas de empresas contratadas (organização, agência de viagem, agência de marketing, transportadora oficial, comunicação, captadoras de patrocínio, montadoras, logística, editora, segurança, serviços de saúde, limpeza, informática, áudiovisual, iluminação, decoração, buffets, bandas, entre muitas outras), patrocinadores, palestrantes, CNPG e outros colegiados, além de tantos outros envolvidos. Fiz inúmeras viagens em busca de apoio institucional, contatos e patrocínios para o evento, seja para Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, entre outras.

Assistência Jurídica

Há cinco anos, a AMPERN disponibiliza aos seus associados, sem ônus, assistência jurídica nas questões relacionadas ao exercício das funções ministeriais, aos convênios e aos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Os associados interessados em oficializar alguma reclamação judicial devem entrar em contato com a AMPERN para solicitar atendimento jurídico, agendado na sede da associação. A assessoria jurídica também tem como meta o acompanhamento sistemático das causas, para que a ação tenha probabilidade de êxito e celeridade.

Merecem registro casos de associados que tiveram negativa da UNIMED em custear tratamentos solicitados pelos seus médicos. Os associados têm procurado a AMPERN e aos mesmos tem sido assegurada a assistência jurídica, com o ajuizamento rápido de demandas em que, via de regra, obtém-se a tutela antecipada, com a determinação de que seja custeado o respectivo tratamento, exame ou procedimento indicado pelo médico.

Segundo a advogada da AMPERN, Luciana Costa, merecem destaque, ainda, ações relacionadas à

ausência do pagamento do auxílio-moradia, previsto expressamente nos artigos 50, inciso II, da Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e 168 da Lei Complementar do Estado do Rio Grande do Norte nº 141/96 (Lei Orgânica do RN), mas até o momento ainda não implementado.

Ela cita, também, ação que tramita na 3ª Vara de Execução Fiscal Estadual e Tributária do Estado do Rio Grande do Norte, questionando o desconto do imposto de renda e contribuição previdenciária sobre o terço de férias, em que foi apresentada réplica à contestação do Estado do RN há poucos dias, além do julgamento de três ações de cobrança promovidas em favor de membros do Ministério Público aposentados, referente a descontos indevidos, com sentença favorável, aguardando o trânsito em julgado e a execução.

Em relação à recente discussão sobre a aplicação do redutor (abate-teto), referente ao pagamento da pensão de algumas associadas, a AMPERN também interveio, apresentando defesa administrativa.

Há inúmeras outras ações, como a que pretende restabelecer a gratificação de fim de carreira para associados aposentados, em que a AMPERN obteve a tutela antecipada na semana passada, diante do corte dessa gratificação sem atenção ao devido processo legal.

"Enfim, a AMPERN tem buscado dar guarida a distintas situações jurídicas, sempre com escopo de salvaguardar o direito de seus associados, com a tomada das providências pertinentes, nas searas administrativa e judicial", concluiu a advogada.

Agenda propositiva

A AMPERN realizou no dia 22 de fevereiro assembleia geral extraordinária para discutir uma agenda de compromissos para os candidatos a PGJ. Seguem os itens da agenda propositiva da AMPERN que restaram aprovados na assembleia:

a) renúncia à nomeação para PGJ no caso de não ser o mais votado;

b) manutenção e incremento nas medidas tendentes a combater a famigerada PEC 37;

c) envidar todos os esforços junto ao CPJ no sentido de aprovação de resolução que assegure aos Promotores de Justiça convocados a integral atuação nas sessões daquele colegiado, com todas as prerrogativas dos Procuradores de Justiça, seja na discussão de temas administrativos, incluindo atuação perante o Tribunal de Justiça, entre outras atividades;

d) nova regulamentação de critérios objetivos para o vitaliciamento;

e) deflagração de medidas efetivas para a recomposição da remuneração dos membros do Ministério Público do RN, que já acumula perdas de mais de 30% nos últimos quatro anos e tendem a crescer com o reajuste anual de cerca de apenas 5% nos próximos três anos;

f) implantação imediata do auxílio-moradia, nos termos do art. 168 da LC 141/96;

g) reajuste do auxílio-alimentação em, pelo menos, 50%;

h) RETIRADO

i) propor alteração legislativa para viabilizar o fracionamento de férias, em três períodos, sendo dois de quinze dias e um de trinta dias;

j) aceleração e conclusão de novo processo de redistribuição e redefinição de atribuições de Promotores e Procuradores de Justiça;

k) propor a transformação do cargo de assessor em cargo em extinção, com a exoneração de eventuais ocupantes remanescentes até 31/12/2013, revertendo os valores orçamentários oriundos dessa extinção para efeito de reajuste dos cargos de assistentes, sem prejuízo do reajuste possível, diante da realidade orçamentária;

l) enviar, imediatamente após a posse, projeto de lei que assegure a elegibilidade do Promotor de Justiça para o cargo de Procurador-Geral de Justiça Adjunto;

m) assegurar que as substituições de Procuradores de Justiça, quando for o caso de o substituto ser Promotor de Justiça, sejam feitas a partir lista de antiguidade, em forma de rodízio;

n) assegurar que os cargos de Coordenador das coordenadorias jurídicas judicial e administrativa, de Promotor assessor e de Coordenador do Gabinete de segurança institucional possam ser ocupados por Promotor de Justiça de qualquer entrância, inclusive Substituto, desde que vitaliciado;

o) implantação imediata da diferença de entrância para Promotores de Justiça Substitutos em auxílio exclusivo;

p) RETIRADO

q) RETIRADO

Os retirados foram as alíneas "h" (implantação da possibilidade de venda de férias), "p" (discussão e implantação, em compasso com o Judiciário, da automaticidade no reajuste dos subsídios do MPRN) e "q" {(incremento do adicional do terço de férias para 50% (cinquenta por cento)}.

AMPERN na luta contra a PEC 37

O Presidente da AMPERN também falou acerca de uma das importantes atuações da associação neste ano e meio de gestão, que ocorreu em conjunto com as demais entidades ligadas ao MP no Brasil: a luta contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 37/2011, conhecida como a "PEC da Impunidade". A AMPERN realizou audiência pública no dia 04 de junho de 2012, na Câmara Municipal de Natal, tendo sido esta uma das primeiras, senão a primeira, audiência pública realizada por entidade classista do MP brasileiro para discutir com a sociedade acerca do poder investigatório da instituição e dos nefastos efeitos da PEC 37. A audiência contou com a participação de dirigentes e representantes de várias entidades, como a AJUFE, a Associação dos Magistrados do RN, a Procuradoria da República no RN, a Procuradoria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do RN, o Movimento Articulado de Combate à Corrupção (MARCCO), além de políticos, representantes de organizações da sociedade civil e cidadãos natalenses.

A AMPERN esteve ao lado da CONAMP, demais associações estaduais e inúmeras outras entidades representativas do Ministério Público brasileiro na mobilização nacional contra a proposta, ao longo de sua tramitação no Congresso Nacional, antes de ser rejeitada em votação na Câmara dos Deputados, no dia 25 de junho deste ano, com 430 votos "não", contra 9 votos "sim", e duas abstenções. Antes disso, no mês de abril, foi desencadeada uma mobilização nacional que obteve grande repercussão na imprensa e serviu para conscientizar a sociedade acerca do caráter deletério dessa proposta para a democracia brasileira.

No Rio Grande do Norte a mobilização foi marcada por um ato público bastante representativo na Assembleia Legislativa, no dia 12 de abril. O espaço de eventos da sede do Poder Legislativo estadual, com capacidade para 400 pessoas, foi insuficiente para a multidão presente ao ato, e muitos tiveram de ficar em pé, enquanto mais de uma centena lotou um outro auditório da AL e acompanhou os discursos por um telão.

Além do então PGJRN, Manoel Onofre Neto, e do Presidente da AMPERN, Eudo Leite, a mesa foi formada por mais de vinte representantes de entidades sociais, órgãos federais e estaduais, associações de classe, conselhos comunitários e parlamentares. A AMPERN e PGJRN confeccionaram e distribuíram panfletos,

banners, bótons, adesivos para carros e outras peças, informando acerca dos riscos que a PEC 37 trazia para a democracia brasileira e pedindo o apoio da população para a luta que vinha sendo travada pelo MP.

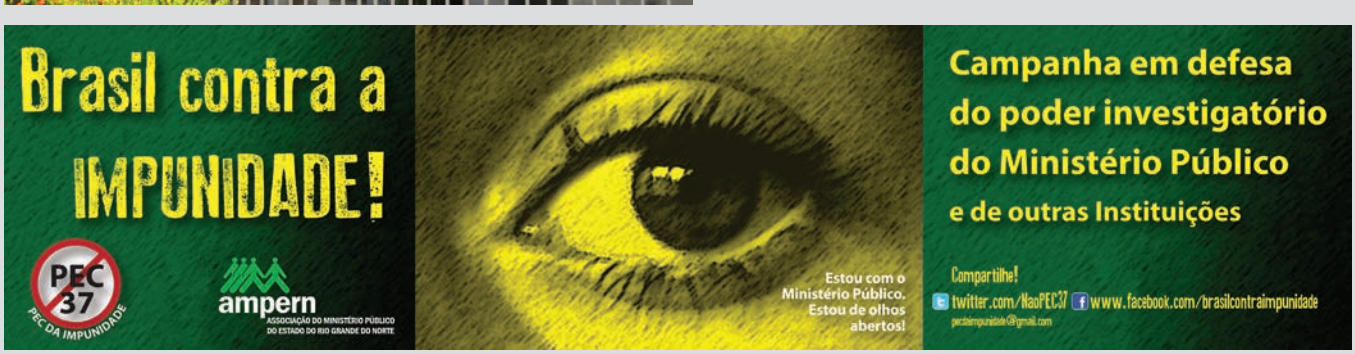
Na ocasião, uma declaração de rejeição à PEC 37 e de apoio ao poder investigatório do Ministério Público e de outras instituições, chamada de "Carta de Natal", foi lida e assinada por todos os presentes e marcou a posição da sociedade potiguar frente à proposta. O documento, juntamente com moções de repúdio provenientes de todos os rincões do Brasil, foi levado ao ato público promovido na Câmara dos Deputados, na grande mobilização nacional, no dia 24 de abril, em Brasília.

A campanha seguiu adiante e, em meio às manifestações populares deflagradas em todo o Brasil, outro momento importante da luta da AMPERN ocorreu no dia 20 de junho passado, quando quase duzentas pessoas, entre associados da AMPERN, seus familiares, amigos e outras pessoas que aderiram ao movimento, uniram-se em torno da luta contra a PEC da Impunidade, participando da grande manifestação popular e democrática que tomou a principal avenida de Natal, a BR-101.

A AMPERN produziu camisetas e bandeiras. Além disso, foram distribuídos para a população bótons, panfletos e cartazes alusivos à mobilização nacional contra a impunidade e contra a PEC 37. A manifestação foi pacífica e extremamente positiva, tendo havido uma aproximação muito forte com a população e uma excelente repercussão.

Natal

Mossoró



Conselheiro do CNMP realiza audiência de conciliação entre PGJ e Colégio de Procuradores de Justiça

O Presidente da AMPERN foi convidado pelo conselheiro Cláudio Portela, relator do procedimento, junto ao CNMP, que trata da extinção dos cargos de Assessor Ministerial no MPRN e a criação de cargo único de assessoramento, para participar da audiência de conciliação entre o Procurador Geral de Justiça e o Colégio de Procuradores de Justiça, a fim de buscar um entendimento acerca da situação. O impasse havia sido instaurado ainda no mês de julho deste ano, tendo sido celebrado no início de outubro, por unanimidade de votos, um acordo entre o Colégio de Procuradores de Justiça e a Procuradoria Geral de Justiça. A AMPERN considerou uma vitória de toda a classe ministerial, fruto do amadurecimento da discussão e do espírito público demonstrado pelos membros do Ministério Público envolvidos na decisão, parabenizando o conselheiro Cláudio Portela pela iniciativa da conciliação.

Promotoria do Patrimônio Público pede suspensão de ACP que trata da diferença de entrância

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Natal, pelo Promotor de Justiça Giovanni Rosado Diógenes Paiva, ofertou promoção perante a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal/RN em que, diante do encaminhamento de projeto de lei à Assembleia Legislativa do RN – ALRN pela PGJRN, em que se altera o § 3.º do art. 163 da Lei Complementar n.º 141/96, de modo a ficar expresso que o Promotor de Justiça Substituto faz jus à percepção da diferença de entrância, foi requerida a suspensão da referida ACP até o fim do processo legislativo respectivo, e, ademais, foi requerida, desde já, a extinção da ação por perda do objeto, acaso a lei venha a ser sancionada.

Requerimento da AMPERN acerca de fracionamento de férias é acatado pela administração

A AMPERN, desde a agenda propositiva elaborada no início deste ano, vinha requerendo o direito dos seus associados terem permitido o fracionamento de férias em até três períodos. Recentemente, a PGJRN deferiu o pedido da AMPERN, razão porque será permitido o fracionamento de férias em três períodos não inferiores a 15 (quinze) dias. A AMPERN, ademais, fundamentou o seu pedido nos termos de recente decisão do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que, embora não fosse impositiva, deixava a critério de cada unidade do MP a regulamentação do fracionamento de férias, desde que por períodos de, no mínimo, 10 (dez) dias.

Outros dois pontos da agenda propositiva da AMPERN que tiveram deferimento no mês de outubro foram a garantia de exercício pleno das atribuições do cargo de Procurador de Justiça nas eventuais substituições pelos Promotores de Justiça de 3ª Entrância e a alteração da LC 141/96 no sentido de assegurar a percepção da "diferença de entrância" pelos Promotores de Justiça Substitutos, inclusive os que estiverem em auxílio exclusivo.

Dois grupos de aposentados são beneficiados com tutelas antecipadas para restabelecimento do pagamento da PAE

Para um primeiro grupo de aposentados, já havia sido deferida tutela antecipada em ação judicial em que se pleiteava o restabelecimento do pagamento da PAE pelo IPERN. Um segundo grupo foi beneficiado, neste mês de outubro, por decisão judicial liminar que também assegura este restabelecimento. O advogado contratado foi o Dr. Artêmio Azevedo, que, muito zelosamente, tem acompanhado estas duas ações.

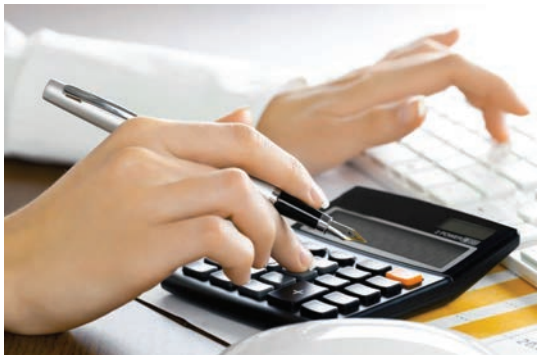
Presidente da AMPERN se reúne com Juízes da Fazenda Pública

O Presidente da AMPERN se reuniu com o Juiz da 3.ª Vara da Execução Fiscal de Natal, Dr. Klaus Kleber, para tratar da ação judicial promovida pela AMPERN em que se postula o reconhecimento de que o desconto de imposto de renda sobre o terço de férias é indevido. O Presidente da AMPERN apresentou recente decisão da Justiça Federal de primeiro grau sobre o assunto, em que se reconheceu como indevido este desconto, além de decisão da Justiça Estadual do Piauí, no mesmo sentido.

Ademais, o Presidente da AMPERN também se reuniu com o Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de Natal, Dr. Cícero Macedo, para tratar de ação judicial promovida pela AMPERN em que se pleiteia o restabelecimento do pagamento de gratificação de fim de carreira, no percentual de 20%, para os aposentados. Naquela Vara ainda tramitam ações em que os aposentados requerem o restabelecimento do pagamento da PAE pelo IPERN, o que também foi tratado na reunião.

Deferida medida liminar em ação que beneficia aposentados associados da AMPERN

A AMPERN obteve medida liminar em ação judicial que objetiva o restabelecimento do pagamento da chamada "gratificação de fim de carreira" para os associados aposentados na entrância final. A referida gratificação havia sido suprimida dos proventos desses aposentados de forma ilegal, sem a garantia do devido processo legal, pela PGJRN, ainda em 2010. A AMPERN comunicou aos seus associados acerca do deferimento da medida e envidou esforços junto à Secretaria da 4ª Vara da Fazenda Pública de Natal no sentido de se emprestar a prioridade legal ao cumprimento dos respectivos mandados de intimação.



AMPERN pleiteia que PGJRN assuma o pagamento da PAE dos aposentados

A AMPERN apresentou requerimento administrativo no sentido de que a PGJRN assuma o pagamento da PAE dos aposentados, tendo sido decidido pela administração que deferiu em parte o pedido. O MPRN decidiu, assim como o TJRN, ou seja, absorverá o pagamento da PAE àqueles que se aposentaram após 1994, sendo que, quanto aos que se aposentaram entre 1994 e 2002, de forma proporcional, e, quanto aos que se aposentaram após 2002, de forma integral. A Associação apresentará pedido de reconsideração, buscando que a PJGRN assuma o pagamento de todos os aposentados.

O ex-Procurador-Geral de Justiça, Manoel Onofre Neto, permaneceu na função durante dois mandatos, entre junho de 2009 a junho de 2013. A sua gestão foi marcada por grandes avanços e muitas conquistas, que colocaram o MPRN em posição de destaque no cenário brasileiro. O ex-Procurador-Geral fez um balanço sobre os principais acontecimentos nos quatro anos em que comandou o Ministério Público do Rio Grande do Norte.

Ex-PGJ Manoel Onofre Neto

MPRN atuante, combativo e mais próximo da sociedade

Revista da AMPERN - Na sua opinião, quais os maiores avanços do MPRN nos últimos 10 anos, e por que os considera avanços significativos.

MANOEL ONOFRE - Existem alguns marcos históricos no MP Potiguar: a realização do primeiro concurso público para servidores em 2000. O MPRN não possuía quadro próprio, o que permitiu assegurar o apoio administrativo e o crescimento da Instituição, tendo sido realizados sucessivos concursos, até chegarmos à nossa atual estrutura, inclusive com a implementação dos cargos de Assistente Ministerial, em 2010, além dos primeiros cargos de Analista Ministerial em 2012. Apesar do quadro de apoio ainda ser deficitário, tais conquistas representam um avanço institucional considerável.

Destaque assemelhado merece o incremento que o MPRN teve nesse período, no que se refere ao preenchimento dos cargos de Promotores de Justiça, dando mais força e vigor à nossa atuação. Outra ênfase vai para a estruturação e contínua luta em prol do Projeto Sedes Próprias, iniciado em 2004, que deu início à saída gradativa do MPRN da Estrutura do Poder Judiciário, fortalecendo a autonomia e visibilidade da nossa Instituição, inclusive com a preocupação constante da garantia de espaços e serviços acessíveis à população em geral. Grande parte dessa ação tem sido viabilizada pelo FRMP – Fundo de Reaparelhamento do MP, que teve sua constitucionalidade reconhecida pelo STF, numa luta histórica. Registre-se aqui, por oportuno, a construção da sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró, cuja conclusão se deu ainda neste ano de 2013.

No campo administrativo, a implantação do Planejamento Estratégico, desde 2008, e a sua revisão para 2012-2016 também merecem destaque, tanto quanto a implantação de práticas da nova gestão pública com a institucionalização de políticas de meritocracia por intermédio de processo seletivo para ocupação de cargos em

comissão, criação da carreira de nível superior e especialista em TI; estruturação da carreira dos servidores; criação dos Fóruns de Discussão Institucional e Encontros Regionais, além da implementação e aperfeiçoamento de transparência e modernização administrativa, sem esquecer a implantação da cultura de projetos na área fim, tudo em constante evolução.

O fortalecimento do GAECO, que vem numa crescente desde 2009, permitindo a deflagração de várias operações como Sinal Fechado, Batalhão Mall, Pecado Capital, Mensalão na Vila e Assepsia e a efetiva estruturação do programa de Segurança Institucional, certamente são avanços que precisam ser referenciados.

A racionalização do MPRN no Cível e a redistribuição das atribuições das promotorias de justiça e especialização das procuradorias de justiça, ademais da criação do núcleo recursal, também representam marcos institucionais importantes, todos em constante e necessário aperfeiçoamento.

Entretanto, o maior e mais importante avanço institucional se verifica na crescente combatividade e resolutividade que a Instituição vem almejando, tudo acompanhado de destacado reconhecimento social. A participação na luta contra a famigerada PEC 37/2011 também foi outro momento importante dentro do MPRN.

Poderemos citar ainda um inegável avanço na implantação e desenvolvimento do SAJE, bem como a deflagração do processo de ensino à distância, capitaneado pela CEAF, com o auxilio da DTI, em 2013; o incremento na estrutura de equipamentos de informática, inclusive com a oferta de notebooks para todos os membros do MP, em 2010. A questão dos analistas nas áreas de arquitetura, engenharia, contabilidade, assistência social e psicologia também tem sido um diferencial importante para o MPRN, com início em 2012.

Revista da AMPERN - Durante os quatro anos de sua gestão, quais foram os maiores desafios, que demandaram mais esforços do senhor e de sua equipe, e como conseguiu vencer esses desafios?

MANOEL ONOFRE - O MPRN cresceu muito, e o crescimento traz desafios cada vez mais complexos para assegurar o bom funcionamento da Instituição e os seus resultados. Os desafios resumem-se em quatro frentes prioritárias:

Constante batalha para assegurar orçamento compatível às necessidades do Parquet Potiguar. Nesse particular, conseguimos ampliar nosso orçamento em mais de 100%, desde o inicio da gestão, e mais que dobrar a arrecadação do FRMP.

> **Vislumbro um MPRN com um grau de maturidade maior, mais organizado em termos gerenciais e trabalhando com foco em resultados, na busca do cumprimento da sua missão e visão.**

Profissionalização da gestão: fizemos grandes investimentos na melhoria da gestão, buscando potencializar nossa atuação. Procuramos melhorar o suporte administrativo, de forma que pudéssemos dar sustentação ao crescimento institucional e racionalizar a aplicação dos recursos de forma eficiente e com foco no resultado.

Otimização da atuação do MPRN, por intermédio de uma gestão democrática, bem como a garantia da paridade entre MPRN e TJ, sem olvidar da ampliação do suporte às unidades ministeriais (assistentes, estagiários e técnicos), inclusive com o fortalecimento dos CAOPs e do GAECO.

A implementação do SAJE, com a viabilização da complexa estrutura necessária, é também um desafio bastante complexo.

Revista da AMPERN - Como enxerga o MPRN nos próximos dez anos?

MANOEL ONOFRE - Sempre presentes estarão as ameaças de ordem política por parte daqueles "descontentes" com a nossa atuação, como podemos observar na Lei da Mordaça e na PEC 37, exigindo de todos nós e da sociedade diferenciada atenção. Nesse mesmo sentido, ressalto as questões orçamentária e vencimental, que precisam ser cada vez mais potencializadas. A complexidade das questões que nos são apresentadas exige do MPRN uma atuação ainda mais articulada, com o estreitamento diuturno dos laços com a sociedade civil e outros parceiros institucionais históricos, como a mídia. Vislumbro um MPRN com um grau de maturidade maior, mais organizado em termos gerenciais e trabalhando com foco em resultados, na busca do cumprimento da sua missão e visão.

Revista da AMPERN - Qual a sua expectativa acerca do XX Congresso Nacional do MP?

MANOEL ONOFRE - Diante dos debates que vêm sendo realizados nos últimos dois anos e da pauta do evento, tenho certeza de que será um momento histórico de aprofundamento e definição de diversas e importantes questões institucionais. Sem dúvidas, um marco na história do Ministério Público brasileiro.

PGJ Rinaldo Reis
aposta na profissionalização da gestão

Há quatro meses à frente da gestão do Ministério Público do Rio Grande do Norte, o Procurador-Geral de Justiça, Rinaldo Reis Lima, destaca para a Revista da AMPERN as providências iniciais que já tomou e as perspectivas para o MPRN nos próximos anos.

Rinaldo Reis afirma que estão sendo meses muito intensos, de bastante trabalho, para conhecer mais profundamente a máquina de gestão institucional. "A gente só conhece realmente no dia-a-dia. Só fazendo parte é que a gente vê como ela funciona e como precisa ser aperfeiçoada. Aliás, esse aperfeiçoamento tem que ocorrer sempre, faz parte de uma necessidade natural", afirma, reforçando que ainda há muito o que mudar para simplificar as rotinas de trabalho. "Existe uma burocracia excessiva na instituição".

Dentre as primeiras ações colocadas em prática nos primeiros dias de gestão, após a posse em 18 de

NOVAS OBRAS, MELHORIA DA INFRAESTRUTURA

Segundo o PGJ, entre as prioridades no primeiro ano de gestão, e que já começou a ser colocado em prática, é o projeto de melhoria na estrutura física de algumas Promotorias de Justiça. Foi iniciada a construção da Promotoria de Parnamirim e, em breve, serão iniciadas as obras nos municípios de Caicó e São Gonçalo do Amarante.

Está sendo concluída a aquisição do terreno para a construção da sede das promotorias da Zona Norte, e logo será inaugurada a nova sede das promotorias da Infância e da Juventude, na Zona Sul, que se encontram em condições extremamente precárias. A parte administrativa da Procuradoria Geral passará por reforma e ampliação. Quanto às promotorias do interior, elas estão sendo visitadas, para que a equipe conheça de perto a realidade do ambiente de trabalho de todos os membros e servidores do MPRN, e que possa sugerir de melhorias.

junho deste ano, O PGJ cita a iniciativa de profissionalizar a Diretoria Geral, escolhendo um profissional da área de administração. "Somos acostumados a pensar sempre pela lógica do Direito, enquanto a administração pensa de forma mais ampla, global". O modelo vem dando certo e já está gerando resultados positivos. "Estamos apostando mais na profissionalização da gestão". Outra questão que, aliás, provocou polêmica nos bastidores do MPRN, foi a mudança na legislação, o que possibilitou uma maior democratização. O Procurador-Geral explica que era um desejo antigo da Classe, por exemplo, a nomeação de um Promotor de Justiça para o cargo de Procurador-Geral Adjunto. E foi essa a sua primeira ação ao assumir o cargo.

A legislação também exigia que os assessores do PGJ fossem escolhidos entre os Promotores de Justiça de Terceira Entrância. Atualmente, qualquer membro do MP pode ocupar o cargo, bastando apenas ser vitaliciado. Outras modificações legislativas também foram adotadas, como a criação de mais uma função da Assessoria Jurídica, que passará a ter uma chefia para cuidar, com exclusividade, da parte recursal da atividade fim do Procurador-Geral de Justiça. O processo encontra-se em tramitação no Poder Legislativo.

A reativação do fórum de discussões institucionais, que pretende ser semestral, dará transparência e deverá contar com a participação de todos os membros. O que tem sido mais difícil nesses primeiros meses, na opinião do PGJ Rinaldo Reis, é a incerteza em relação à questão orçamentária, não só o orçamento de 2013, que já está em curso, mas também o de 2014, que será votado no fim do ano e que recebeu cortes do Executivo. "Recorremos da decisão do Governo do Estado, e o caso está para ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal", destaca.

Vencer os desafios

Dificuldades também marcaram os primeiros quatro meses da nova gestão. A principal delas, de acordo com o PGJ, é para implementar algumas propostas previstas na campanha, especialmente as que geram impacto financeiro na instituição. "Mas acreditamos que será uma dificuldade momentânea e que, em breve, conseguiremos ultrapassá-la. Uma coisa é certa: continuaremos trabalhando, dia após dia, para avançarmos em todos os anseios da Classe", concluiu.

SEGURANÇA NO CUMPRIMENTO DO DEVER

O Ministério Público vem desempenhando nos últimos anos uma atuação cada vez mais efetiva em defesa da sociedade. A luta contra a corrupção é hoje uma das principais bandeiras da instituição, razão pela qual a necessidade de adotar medidas mais eficazes de segurança torna-se ainda mais urgente e imprescindível.

O Ministério Público do Rio Grande do Norte ganhou um reforço importante na proteção dos seus membros e servidores, a partir de dezembro de 2010, com a criação do Gabinete de Segurança Institucional e a criação dos Planos Diretivos de Segurança de Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, Patrimonial, Predial e de Documentos. São projetos voltados à segurança nessas áreas, que já estão sendo paulatinamente executados sob a coordenação do GSI.

Para serem colocados em prática esses projetos, foram pensadas ações que envolvem a criação de normas complementares, a mudança da cultura institucional em relação à questão da proteção, e a aquisição de tecnologia e serviços necessários, entre outras. Tudo isso para oferecer segurança em três aspectos: preventivo, a fim de evitar a ocorrência de riscos; especial, em caso de ameaça a membros e servidores, além de segurança em eventos ligados ao MP/RN, nos quais ocorra aglomeração de pessoas, e ativa, com o levantamento permanente de informações a partir de diversas fontes de interesse, com a finalidade de prever e evitar problemas como atentados.

O projeto já havia saído do papel desde a gestão anterior. Medidas, como a vigilância armada em todas as unidades do MP/RN, instalação de detector de metais, guarda volumes, além de câmeras de segurança, detectores de presença e de incêndio, já são resultado da ação do GSI. Outras ações desenvolvidas nos últimos dois anos foram: o envio de mensagens pelo celular aos membros e a publicação de dicas de segurança no informativo eletrônico da AMPERN (AMPERNews) , além do MP Alerta - mensagens também enviadas para os computadores de membros e servidores. Desde 2012, vêm sendo ministrados, também, em parceria com a AMPERN, cursos de segurança preventiva pessoal e da informação, destinados aos membros.

Dentro do programa de proteção especial, com escolta armada, e dependendo do grau de risco, o MPRN utiliza policiais militares cedidos à Instituição ou agentes de segurança, devidamente remunerados, através de convênio assinado com a PM/RN, que possibilita a utilização de agentes policiais de folga. Todo esse trabalho desenvolvido pelo GSI é um diferencial na atuação do Ministério Público do Rio Grande do Norte e serve de referência para outras instituições.

Natal - cidade sede

Natal, a capital potiguar, já ganhou o mundo, é o portal de entrada das Américas, ponto mais próximo da Europa e África, uma cidade moderna e alegre, cresceu entre rios e o mar, enfeitada por dunas e muito verde. Terra de cores e sabores, local onde se encontra prazer e aventura. Aqui se diz que é verão o ano inteiro, num litoral de praias deslumbrantes, lagoas, sertão, culinárias, passeios, arte e cultura nunca vistos, aliados a uma ótima hospitalidade natural do seu povo.

Entre um dos destinos turísticos mais procurados do mundo está a "Cidade do Sol", também lembrada como "Capital Mundial do Buggy" e "Terra do Camarão", cidade onde nasceu o forró - "for all", tem em torno de 800 mil habitantes e recebe mais de 2 milhões/ano de turistas entre brasileiros e estrangeiros.

Os visitantes ficam deslumbrados com os mais de 400 km de costa atlântica, passeando por lindas praias, muitas das quais visitadas em passeios emocionantes de buggy entre mar, dunas e lagoas, com vários atrativos nesses caminhos, encontrando ainda locais para práticas de mergulho, surf e os ventos constantes possibilita a prática de vela, como o windsurf e kitesurf.

Doze cidades das cinco regiões do Brasil receberão a Copa do Mundo em 2014, dentre elas está a Cidade do Natal, considerada a capital mais tranquila do Brasil, segundo pesquisa oficial realizada pelo IPEA– Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, em março de 2005. Também recebeu o título de ar mais puro das Américas (NASA-EUA), em 1994.

Quem vem a Natal e conhece seus encantos, sente a diferença de ser tratado com o respeito que só os potiguares oferecem e vive momentos inesquecíveis!

Fonte: Site da Prefeitura da Cidade do Natal

...do a Natal!!!

Contando com experiência em gestões anteriores, a Corregedora-Geral e a Corregedora-Geral Adjunta do Ministério Público, as Procuradoras de Justiça Lourdes Azevedo e Sônia Gurgel, relatam a complexidade das funções que desempenham, principalmente pelo aprofundamento e expansão das atividades tanto dos membros do Ministério Público quanto da própria Corregedoria ao longo dos últimos anos.

A árdua missão da vigilância institucional

As Procuradoras de Justiça Lourdes Azevedo e Sônia Gurgel concordam que é imprescindível um avanço tecnológico para que o trabalho seja otimizado e ocorra com mais rapidez. "Estamos empreendendo esforços para que o SAJE gere os relatórios mensais de atividades e sirva como ferramenta para a realização de correições virtuais. O nosso ideal é agilizar as rotinas. Só que para isso tem que haver modernidade e tecnologia", destacou a Dra. Lourdes Azevedo.

Além da Corregedora Geral e da Adjunta, o setor conta com o reforço de três Promotores Corregedores, seis servidores e dois estagiários.

A atividade da Corregedoria volta-se a colher informações que retratem os serviços prestados em cada unidade ministerial com o objetivo de aprimorar a sua qualidade e celeridade e, dessa forma, contribuir para o melhor atendimento das demandas da sociedade.

Para tanto, a Corregedoria gerencia relatórios, avalia trabalhos, visita as unidades, analisa notícias de irregularidades, edita atos, expede recomendações, realiza controles e acompanhamentos, presta informações e adota medidas disciplinares. Fácil falar. Difícil é estar atento permanentemente ao funcionamento de 21 procuradorias e 191 promotorias que compõem o universo do Ministério Público do Rio Grande do Norte, no total de 235 membros.

A Corregedoria dispõe de um novo Regimento Interno, editado no segundo semestre de 2012, com o intuito de atualizar os procedi-

mentos do órgão, além de compilar normas referentes à organização das unidades e a alguns deveres que exigem controle permanente, como, por exemplo, a residência na comarca, a entrega de relatórios e exercício de magistério.

Dentre as suas atividades, destaca-se a correição, que é um instrumento de coleta de dados e avaliação de vários critérios que são indicativos do desempenho funcional dos Procuradores e Promotores de Justiça. Com base nas correições, é possível fazer ajustes na prestação do serviço ministerial, principalmente através de recomendações.

Uma das maiores preocupações da Corregedoria tem sido conscientizar os membros do Ministério Público sobre a necessidade de atualização dos serviços, com ênfase na atividade extrajudicial, em que a expectativa, mais do que apenas instaurar procedimentos, é resolver efetiva e tempestivamente as demandas neles apuradas.

E o atraso nos serviços vem ocasionando negativa de promoções e remoções, inclusive no critério de antiguidade, imposição de sanções disciplinares e, em último caso, até aposentadoria compulsória. Segundo as Corregedoras, esse é o lado mais árduo da atividade correicional, porém necessário para a salvaguarda da Instituição.

Enfim, como resume a Dra. Sônia Gurgel, "um trabalho fácil de descrever e difícil de executar".

> **"Fácil falar. Difícil é estar atento permanentemente ao funcionamento de 21 procuradorias e 191 promotorias que compõem o universo do Ministério Público do Rio Grande do Norte, no total de 235 membros.**

Posse do Procurador Geral de Justiça

Mesa das autoridades

Colégio de Procuradores de Justiça

O novo PGJ, Rinaldo Reis, no discurso de posse

O Presidente da AMPERN, Eudo Rodrigues Leite

Autoridades presentes na solenidade

Autoridades presentes na solenidade

O PGJ Rinaldo Reis e seus pais

A Governadora do RN, Rosalba Ciarlini, e o ex-PGJ, Manoel Onofre Neto

REFLEXÕES SOBRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO FUTURO

"Como posso perder a fé na justiça da vida, se os sonhos dos que dormem num colchão de penas não são mais belos do que os sonhos dos que dormem no chão."

Gibran Khalil Gibran

César Bechara Nader Mattar Júnior - Promotor de Justiça e Presidente da CONAMP

A existência do Ministério Público, como instituição, ainda que em sua fase embrionária, confunde-se com a do homem dito civilizado. De aposto do poder, e prestadora dos referenciais dos estados monárquicos e dos ideais aristocráticos, a instituição verteu-se em sustentáculo da democracia e bastião do Estado de Direito, notadamente em sede republicana, mas a origem como evolução do pensar ministerial é bem antecedente. Na Antiguidade e na Idade Média, escorços afiguraram-se insuficientes a traçar a identidade incipiente como função definida no sistema de administração da justiça. De toda sorte, temos os magiai, corpo de funcionários egípcios que denunciava aos juízes as práticas delitivas que chegavam ao conhecimento; os advocati fisci e os procuratores caesaris de Roma, encarregados de zelar pela administração dos bens do imperador; os sayons, funcionários encarregados de defender os interesses do tesouro público; os bailios gauleses e os senescaes merovíngios, ambos encarregados de defender os senhores feudais, o próprio Estado, em juízo; os missi dominici carolíngios, enviados do rei para o controle da administração e da justiça locais; os avvogadori di communi da Veneza Medieval e, finalmente, o procurateur du roi francês, ocupante do parquet, e encarregado de defender o patrimônio real. Eram funções atribuídas a pessoas que não representavam uma estrutura, tampouco refletiam um corpo tendente a tutelar direitos sociais ou interesses públicos, mas o embrião de uma futura instituição.

Em que pese a dificuldade do estabelecimento de um marco original, foi com as Ordenações de Filipe, "O Belo", em 1302, que foram lançadas as sementes da instituição ministerial, quando les gens du roi passaram a exercer a defesa do próprio Estado, em um ofício público. A partir do século XVIII, com as transformações sócio-políticas mundiais e os ideais iluministas, o parquet passou a defender os interesses da sociedade e a vigiar a legalidade e a administração da justiça. Nesse sentido, aliás, as atribuições como dominus litis e custos legis, como mantidas até hoje, são herança da Revolução Francesa, quando a Assembléia Nacional dividiu o corpo ministerial em "Comissários do Rei", nomeados pelo Rei e vocacionados para vigiar a aplicação da lei e o cumprimento de decisões judiciais; e os "Acusadores Públicos", eleitos pelo Povo e com a função de sustentar acusações perante os tribunais.

Em pleno século XXI, a evolução gradual do Ministério Público transformou a instituição de sustentáculo dos arbítrios autocráticos de monarcas medievais, como conseqüência lógica da transformação da mentalidade política dos povos, em um filho da democracia clássica e do Estado de Direito. Fica claro, ainda, que com as mudanças e transformações operadas no século XX, produto das idéias e crenças estimuladas durante os séculos XVIII e XIX, a evolução do Estado Liberal de Direito, do Estado Social de Direito e do próprio Estado Democrático de Direito, transformaram a sociedade e as instituições (prescrevendo e garantindo direitos fundamentais a todos os cidadãos), mesmo porque é tarefa fundamental desse Estado superar as desigualdades sociais e instaurar um regime democrático que realize a justiça social. Esta somente pode ser obtida com a ação e a participação do Ministério Público, independente verdadeiramente e provido de autonomia administrativa, financeira e orçamentária, lastros para o cumprimento de suas missões constitucionais.

Lamentavelmente, as conquistas até o momento alçadas, notadamente, no caso nacional, como as garantias inscritas na Carta de 1988, estão sendo permanentemente colocadas à prova. Se exageros são consignados na atuação isolada, e que vem servindo de funda-

mento para os que desejam enfraquecer o MP, com motivação pessoal; emudecer o promotor é calar a sociedade, e tirar-lhe o poder de investigar, como querem outros, é suprimir da sociedade um dos mais legítimos instrumentos de controle da transparência, em especial na administração pública.

Ainda assim, se o Ministério Público afronta as forças negativas da sociedade, neutraliza o poder econômico, quando contrário ou nocivo à sociedade, combate os mecanismos de repressão quando espúrios ou violentadores dos direitos humanos e sociais, transforma-se ele, no cotidiano de sua atuação discreta e silenciosa (e assim deve ser), no último, e em muitas vezes, o único bastião de defesa capaz de evitar o esmagamento do povo e da sociedade. De outro lado, é preciso sim, e todas as instituições devem fazê-lo, que estabelecer um mea culpa. Não podemos mais simplesmente nos indignar com as mazelas do Estado, nos chocar com a infância abandonada e com a velhice escorraçada; não podemos mais emudecer quando vemos a cidadania aviltada pela violência perpetrada. Que busquemos no Estado a satisfação das necessidades sociais, como o fim do "prende e solta" que tutela uns poucos e aflige a esmagadora maioria da população, em guarida apenas a teorias, que fortalecem a impunidade e assoberbam os tribunais de inúteis papéis. O futuro se faz hoje e o Ministério Público, mais uma vez, deve estar na vanguarda das mudanças que a sociedade espera do Estado brasileiro. Essa é a sua missão.

Momento de Reafirmação:

No Brasil, mais que em outros regimes, particularmente em função dos avanços e das garantias sociais advindos com Carta de 1988, a instituição ganhou contornos únicos no mundo moderno. Nesse passo, a mesma instituição que pode acusar, como Estado que é, defende a sociedade jurisdicionada ao garantir a lisura do processo, e repele, não raro, o constrangimento da prova mal produzida, e a injustiça da imputação indevida. A ele, ao Ministério Público, com esse único perfil no planeta, o povo brasileiro também emprestou a sublime missão de tutelar-lhe os anseios e de resguardar-lhe os direitos coletivos e difusos, em todas as áreas do conhecimento, mas com grandeza peculiar na do meio ambiente, do patrimônio público, da infância, do consumidor, dos povos indígenas, do trabalho escravo, do trabalho infantil, dos idosos, dos deficientes, da violência doméstica, enfim, onde a hipossuficiência ganhar contornos de injustiça social, alí reinará a atuação dos representantes do Ministério Público, sob suas diversas matizes, Estadual, Federal, Trabalhista ou Militar, uno sempre, porém.

Nada, contudo, sob o manto constitucional, trouxe ao Ministério Público mais visibilidade e reconhecimento social do que o implacável combate a improbidade administrativa, mal este que se alarga pelo País como um cancro, uma chaga incontrolável, que saqueia os cofres públicos, mas sobremaneira solapa o sistema de saúde, degrada a educação de qualidade, combale o saneamento público e assassina cidadãos brasileiros que somente pedem para viver com dignidade. Pelos braços do Ministério Público, pela atuação destacada de seus membros, aliada a outros redutos políticos e institucionais, como pela sociedade civil organizada e a imprensa livre, o Brasil avança e mais transparece.

A atuação destacada e firme da instituição, entretanto, tem um preço. Paga o Ministério Público com a necessidade de reafirmar, a todo momento, em especial no Parlamento nacional, os princípios que norteiam a atuação institucional, os mesmos insculpidos na Constituição da República, e que ao MP foram ofertados pela sociedade brasileira, única destinatária de seus préstimos. Lutam a instituição e seus membros contra uma minoria política e corporativa que insiste em caminhar na contracorrente da história, em franco "desamor" ao já tão combalido povo desta nação, que deseja que todas as instituições brasileiras sigam fortalecidas e trabalhando em uníssono, para, no dizer rotário, servir, sem pensar em si. Que todas aquelas com atribuição constitucional, como o Ministério Público, investiguem sim, dentro dos limites balizados por quem pode balizar, sempre em busca da tão preconizada transparência na administração pública. E, sob tal enfoque, a quem interessa que o MP não investigue? Perca, pois, a instituição o apoio dos ímprobos, mas jamais o da sociedade que legitima as instituições deste país.

Crise de Efetividade:

O Ministério Público não "barganha", não negocia a sua atuação, mas deve ser vetor para a composição de litígios, sempre que possível. Como dito alhures, a instituição recebeu do legislador constituinte, e por delegação social, instrumentos fantásticos para a atuação na redução de conflitos, condição que a colocou, em pouco mais de vinte anos, na vanguarda da atuação extrajudicial. É essa condição que trouxe o MP para mais próximo da comunidade e daqueles de toda sorte hipossuficientes. A troca, pois, da tentativa de composição para a redução de diferenças, pela imediata judicialização de problemas é, hoje, ao lado do relacionamento precário com outros agentes políticos, o maior elemento de risco às prerrogativas e às garantias dos cargos de promotor e procurador, notadamente no junto ao Parlamento. Nesse passo, e ainda na linha de uma análise autocrítica, constatamos que, em função dos critérios gerais estabelecidos internamente para a movimentação na carreira, os membros são compelidos a buscar o amparo judicial em questões de deslinde menos complexo, em uma falsa produtividade que, longe de dar solução satisfatória a um conflito, contribui apenas para a transferência do problema a outra esfera de atuação, esta ainda mais distante da realidade social. A proliferação de ações judiciais, sem a tentativa preliminar de composição, mostra números capazes de trazer pro-

gressão na carreira, mas afasta os membros do Ministério Público da sociedade, dos movimentos sociais e da sua missão constitucional. Não bastante, há que se trabalhar mais eficazmente na revisão da atuação do segundo grau, ainda muito distante dos anseios das ruas, menos por desejo de seus integrantes, e mais pela estrutura obsoleta ainda persistente.

Responsabilizar a quem? Ao Promotor e ao Procurador que vivem o dilema de conciliar a progressão pessoal com a solução de conflitos que podem não aparecer em estatísticas? Às administrações superiores que estabelecem critérios objetivos pouco razoáveis de movimentação na carreira, e que ainda não conseguiram moldar cursos preparatórios e de aperfeiçoamento hábeis a forjar o perfil dos novos e dos não tão novos integrantes do MP? Ou do Conselho Nacional do Ministério Público que ainda não conseguiu se firmar como instrumento para a consecução de políticas nacionais ao MP brasileiro? A questão está posta.

Relacionamento Precário e PEC 37:

Uma das grandes conquistas trazidas pela Constituição da República, no que tange ao Ministério Público, foi dar aos seus integrantes o justo reconhecimento da qualidade de agentes políticos. Com tal conformação, a Promotores e Procuradores foram conferidas garantias e prerrogativas, além de vantagens próprias, de modo a possibilitar que o exercício do múnus ministerial pudesse ser cumprido com independência responsável. À instituição, autonomias administrativa, financeira e orçamentária, inclusive.

Os mais antigos na instituição viveram tempos ainda mais difíceis que os atuais, épocas em que os vencimentos eram irrisórios, compelindo os integrantes da carreira a exercerem outras atividades como condição de sobrevivência, do próprio, e da família. Tempos em que, às próprias expensas, se chegava, quando muito, com uma "máquina de escrever" nos braços, aos mais longínquos e quase inacessíveis rincões do país. Tempos em que os membros do Ministério Público, além de heróis, como os atuais, eram sobreviventes na carreira, àquela época sustentada por uns poucos idealistas que resistiam à tentação, sempre mais rentável, das outras carreiras jurídicas.

O Ministério Público cresceu vertiginosamente. Seus membros, hoje tecnicamente insuperáveis, viram as distâncias diminuírem e a instituição, sempre pujante, ganhar o reconhecimento social de sua relevância, ao ponto de, em recente pesquisa, ser referenciada como a terceira com maior credibilidade no país, atrás apenas da Igreja e das Forças Armadas. Não conseguiu, entretanto, a instituição ministerial, já bastante rejuvenescida, manter a níveis desejados a capacidade de interlocução com os demais agentes políticos, aliás, o mínimo esperado entre os que pretendem manter esse status. Seus membros recebem em audiência, e não pode ser diferente, infratores e criminosos das mais variadas matizes, mas têm dificuldade para ser relacionar com gestores e parlamentares processados, circunstância que finda por colocar em risco, no Parlamento, e tal é fato, todo o arcabouço normativo, inclusive constitucional, relativo à instituição, fruto de anos de trabalho, e do sacrifício de gerações que lutaram para edificar e se dedicam a manter soerguida essa magnífica peça de arquitetura que é o Ministério Público brasileiro. Os membros da instituição, infira-se, são os grandes responsáveis pelo estágio de confiabilidade da instituição, graças notadamente ao combate à improbidade e ao descalabro administrativo, que ganhou níveis de insustentabilidade; mas é com o mesmo político, gestor ou parlamentar, guardando a impessoalidade do cargo, que deve Promotor e o Procurador discutir políticas públicas para o município, para o estado e para o país, ao menos enquanto o mandato popular conferido se mantiver legitimado pelas urnas e pelas esferas judiciais. Que perca a instituição, repita-se, o apoio dos ímprobos, mas jamais o da sociedade destinatária de seus préstimos.

Como decorrência, até então latente, no dia 25 de junho de 2013, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37 de 2011, que retirava o poder de investigação criminal do Ministério Público, foi rejeitada e arquivada pelo plenário da Câmara dos Deputados. Todos os líderes partidários votaram contra a proposta. Ao todo, 430 deputados disseram não à PEC 37. Houve apenas noves votos favoráveis e duas abstenções. Apesar dos números, a vitória do Ministério Público não foi fácil. Desde que começou o trâmite da PEC 37, com a aprovação na Comissão de Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, a 27de junho de 2011, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e demais entidades ligadas ao MP se mantiveram mobilizadas e atentas às ações relacionadas à proposta.

A PEC 37 definia a investigação criminal como competência exclusiva da polícia judiciária. Neste sentido, o Ministério Público, os Tribunais de Contas, o Banco Central, o Ibama, a Polícia Rodoviária Federal, a Receita Federal, os Conselhos Tutelares, os Auditores fiscais, dentre outras instituições, não mais poderiam contribuir para a elucidação de crimes.

A CONAMP esteve, desde 2011, à frente do processo que levou à rejeição da PEC 37. Acompanhando de perto a tramitação, a CONAMP e as associações afiliadas, em Fevereiro de 2013, lançaram a campanha Brasil Contra a Impunidade, para alertar a população e os parlamentares sobre os riscos da PEC 37. Em parceria com a CONAMP, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), a Associação Nacional do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), a Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), também participaram da campanha Brasil contra a Impunidade.

Por meio da campanha, o Ministério Público mostrou sua força e unidade. De 8 a 11 de abril, foram realizados atos públicos no interior dos estados; no dia 12, as capitais de todo o país foram palco de novas manifestações contra a PEC 37; e no dia 24 ocorreu o ato nacional. Após participarem do 1º Simpósio Brasil Contra a Impunidade, promotores e procuradores caminharam até o Congresso Nacional para entregarem ao presidente da Câmara dos Deputados, cerca de 500 mil assinaturas coletadas contra a PEC 37, e a Carta de Brasília, documento que defendia a manutenção dos poderes investigatórios do Ministério Público e declarava a relação direta da instituição com a existência do Estado Democrático de Direito no Brasil.

No entanto, o Ministério Público não estava mais sozinho nesta luta. Alertada pela campanha Brasil Contra a Impunidade, a opinião pública estava mobilizada contra a PEC 37. Em um movimento popular, legítimo e espontâneo, as pessoas passaram a reivindicar nas ruas o arquivamento da proposta. Por fim, o parlamento ouviu a voz das ruas e atendeu ao pedido da sociedade: a PEC 37 foi rejeitada e arquivada. O ventre que a gerou, entretanto, perdura fértil.

Politização Excessiva

"Não temos tempo de recompor as nossas amizades". Com essa frase lapidar, um colega de instituição concluiu há pouco tempo o seu raciocínio acerca da alardeada politização excessiva do Ministério Público. Eleições internas em demasia, para todos os níveis, constatação que impõe repensar o modelo institucional e a unificação dos calendários internos, que deixam as administrações reféns do capital político.

Indaga-se se o fato não decorre do retrocesso advindo da capitis diminutio decorrente das limitações impostas à capacidade eletiva passiva para os membros do Ministério Público, meio cidadãos, com deveres em excesso e restrições políticas absurdas. Os próprios integrantes do Judiciário já se movimentam para rever tais vedações e restrições, que impedem Promotores, Procuradores e Juízes de exercer a plena cidadania e contribuir, sob as suas óticas, de uma forma direta e efetiva ao aprimoramento normativo do país. Um retrocesso nascido nas colunas da instituição e que dá, hoje, os contornos de uma representatividade desigual no Parlamento, em todos os níveis, com relação às demais carreiras, inclusive jurídicas.

Sob o viés político, aliás, algumas ponderações hão de ser postas:

O Ministério Público, particularmente por iniciativa da CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, mantém secular luta para que o mais votado seja o nomeado, sem a interferência dos executivos, ao cargo de Procurador-Geral. Para tanto, empenha-se pela aprovação de iniciativas parlamentares em curso, no Senado da República e na Câmara dos Deputados, que dão guarida a tal providência, que busca afastar qualquer risco de ingerência de poderes e/ou instituições na atuação do Ministério Público. À luz da regra atual, a CONAMP, a cada eleição, envida esforços no sentido de que, composta a lista tríplice, a vontade da maioria possa ser respeitada, empenho raras vezes não atendido, mas ainda ocorrente. Trazendo o problema para o âmbito interno, indaga-se: Se desejam os integrantes do MP que o mais votado seja o nomeado, porque continuam votando em dois ou três para a lista a ser encaminhada ao executivo? É passada a hora de sair do discurso. Se deseja-se o mais votado e se há candidato preferido, o voto "uninominal" é o remédio disponível hoje a dar legitimidade a qualquer pleito que se dirija ao Chefe do Executivo. Há que se dar um basta nas conveniências de se fechar lista para afastar este ou aquele candidato, sob pena de manter-se esvaziado um belo discurso. Constrange-se o Chefe do Executivo com uma lista fechada e não se quer ser constrangido com a escolha do segundo ou do terceiro colocados. Não parece razoável a quem defende representatividade plena.

De mesma sorte, em 21 unidades da federação, incluindo o Distrito Federal, as legislações estão adequadas a disposição constitucional que admite a possibilidade de Promotores de Justiça, cumpridos os requisitos objetivos, concorrerem ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Em apenas 06 (São Paulo e Minas Gerais, no Sudeste; Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste; Pará, Roraima e Tocantins, no Norte - Nordeste e Sul estão livres da discriminação), a esdrúxula reserva ainda é mantida. Qual a justificativa para que cerca de 90% dos membros do Ministério Público desses estados fiquem alijados do processo? A história da instituição mostra que a alteração é salutar e nos estados onde a igualdade está culturalmente estabelecida, não se perquire mais acerca do cargo que ocupam, pois se estabelecem os que têm consistência política e os que detêm a confiança da classe para o exercício do cargo maior. E não se argumente com a falácia da hierarquia, vez que esse preceito não vige no Ministério Público, cujos membros, diferentemente dos integrantes do Judiciário, possuem apenas atuação em instâncias diferentes, sem hierarquia. Do contrário, seria aceitarmos a tese de que a segunda instância tem o poder de ingerência na primeira, o que fulminaria a independência funcional dos membros. A primeira instância faz Procuradores-Gerais em 21 unidades da federação, teve e terá Presidentes do CNPG - Conselho nacional de Procuradores-Gerais e fez um Corregedor-Nacional do MP. Essa é a realidade e os argumentos contrários depõem contra o bom senso e a favor do desejo retrógrado de se manter nichos de poder político na instituição.

No mesmo sentido, o próprio CNPG, como recentemente deliberado, à unanimidade, encampou a luta para que os membros da primeira instância possam integrar as administrações superiores, inclusive os Conselhos Superiores, como defende a CONAMP. Esse é o Ministério Público do futuro.

CNMP: Vetor para Políticas Nacionais ou Grande Corregedoria:

Diferentemente das resistências à concepção encontradas pelo CNJ – Conselho Nacional de , no seio do Judiciário pátrio, o CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público encontrou no MP e nas entidades de classe e institucionais, sempre defensoras da transparência e da moralidade públicas, redutos de franca aceitação e de destemor. Em sua quinta composição, o CNMP trilha, a passos largos o caminho do aperfeiçoamento técnico de seus integrantes e da estruturação física. Outrossim, no que pesem os esforços até aqui empreendidos, não conseguiu o "Conselhão" do MP afastar-se da marca de grande corregedoria, para aproximar-se, ainda mais, da linha preconizada pelo constituinte originário, de ser ele vetor para o estabelecimento de políticas nacionais para o Ministério Público, que finde por diminuir as discrepâncias havidas entre as 26 legislações estaduais e entre estas e as federais, que possam marcar, definitivamente, o caráter nacional do Ministério Público brasileiro.

Sob a mesma ótica, há que se ressaltar o fato de que, enquanto o CNJ, como órgão de controle externo do Judiciário nacional, vem atendo-se a temas de natureza institucional e administrativa relativos àquele poder, levados em regra por entes e entidades de fora, o CNMP, graças exatamente à politização excessiva e a esse sistema fratricida instalado, vem ocupando-se de litígios entre membros, por iniciativa dos próprios interessados, em regra que findou por aguçar o processo autofágico da instituição ministerial, e que parece-nos possível de ser minimizado via medidas abordadas no item anterior, e outras que restrinjam as diferenças ao âmbito interno.

O Brasil está mudando e o Ministério Público, instituição que, aliada a imprensa livre, tornou-se a face da própria verdade no país, tem exercido um papel fundamental na história da nação. Que seus membros, que escreveram, todos, seus nomes com letras maiúsculas na magnitude dessa luta, que resgata a dignidade do nosso povo todos os dias, tenham sabedoria para manter acesa a chama da instituição e soerguidos os valores que norteiam a sociedade brasileira, única destinatária de nossos préstimos.

Em Clóvis (Bevilácqua), o "Pai da Constituição do Cidadão de 1916" (Código Civil anterior), em obra que deitou para a eternidade, pobre e esquecido, um grande brasileiro, aduz-se que "O tempo é implacável transformador de glória em esquecimento, e deita no limbo a memória de personagens e instituições". Guardemos a nossa.

Pensamentos... e Palavras

Por Margarida Seabra de Moura

>> Restaurante preferido
Em Natal, o Manary, pela boa cozinha, ambiente aprazível, onde se pode curtir o que se tem de mais belo em nosso litoral.

>> Prato preferido
Todos de frutos do mar, porque sou nordestina, criada em beira de praia!

>>Um lugar que lhe encanta
A Sala São Paulo, na capital paulista, pelos projetos arquitetônico e técnico, que oportunizam se assistir com qualidade os expertises que ali se apresentam. Tem acústica maravilhosa, em função da possiblidade de se adequar o teto e sua influência acústica ao tipo de som que está sendo emitido do palco. Ele é adaptável por programas de computadores e proporciona as condições mais adequadas às diversas formações e famílias de instrumentos. É digno de nota que a Sala São Paulo foi adaptada de uma grande estação de trens. É simplesmente fantástica!

>> Programa preferido quando está de folga
Compartilhar com meu marido Robério, meus filhos - Frederico e Débora - e minha nora Christyane, um bom vinho ou champagne, mirando o mar de Areia Preta, onde me criei...

>> Uma dica para encarar bem a vida...
Sonhar, sonhar e sonhar. Parodiando minha filha Débora: não desistir de seus sonhos.

www.bndes.gov.br

Ouvidoria: 0800 702 6307

QUEM PROCURA DESENVOLVIMENTO ENCONTRA O BNDES.

O BNDES está presente em todos os setores da economia brasileira, financiando iniciativas que contribuem para o desenvolvimento do país. Para o Banco, não existe projeto grande ou pequeno demais. Por isso, o BNDES apoia empreendimentos de todos os portes, em setores tão diversos como infraestrutura, indústria, saneamento, meio ambiente, exportação, comércio, inovação, cultura e serviços. Este é o BNDES. Sempre trabalhando pelo crescimento do país, pela geração de empregos e pela qualidade de vida de todos os brasileiros.

BNDES *O banco nacional do desenvolvimento*

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

CROÁCIA

Por Rebecca Monte Nunes

A pequena Croácia surpreendeu-nos com a diversidade de suas paisagens e atrações, fazendo parte de uma rota turística já aprovada pelos europeus e que está sendo descoberta pelos brasileiros.

A nossa viagem teve seu início pela Capital, Zagreb, ponto de partida para uma aventura de 15 dias, 1.200 Km, 06 grandes amigos (eu/Roberto, João Vicente/Olga e Paulo/Tareja), 01 Van, 01 Guia e muita alegria. A temperatura no mês de setembro é super agradável, variando de 14ºC a 24ºC. A moeda local é o Kuna, o que torna os preços mais viáveis frente ao Euro.

Dentro do roteiro, pela proximidade, aproveitamos para vivenciar todo o romantismo da bucólica cidade de Bled, na Eslovênia, com direito a passeio de barco e jantar à beira do lago. Tivemos, ainda, a oportunidade de visitar Liubliana e as cavernas de Postojna (com suas estalagmites e estalactites). Retornando à Croácia, agora na região da Ístria, conhecemos Pula, com seu anfiteatro Romano e suas belas praias, além de Motovun, conhecida como a cidade das trufas, cuja gastronomia é uma atração à parte, e Hum, a menor cidade do mundo, com apenas 21 habitantes. Chegamos, então, ao Parque Nacional dos Lagos Plitvice para uma caminhada de 04 horas entre lagos, cascatas e ursos (eu não vi nenhum deles, mas sabe-se que eles estão por lá, sim!), que compõem uma verdadeira obra-prima da natureza, inclusive reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Humanidade.

De volta ao litoral Adriático, seguimos para a Dalmácia, onde conhecemos Zadar, Split, Ston (o paraíso das ostras) e Dubrovnik, esta última com a sua cidade velha, suas muralhas e seus cafés (Café Bar Buza) maravilhosos. Decidimos, também, passar um dia e uma noite na ilha de Hvar (foi um dos locais mais astral e inspirador que já conheci!), que os europeus já consideram ser a nova Ibiza, local encantador pela sua paisagem, com destaques especiais para a beleza de sua praia, para a magia do pôr do sol (visto do Bar Hula-Hula) e para a descontração de suas baladas (Carpe Diem Club). Ainda fomos brindados com uma lua cheia, cujo brilho clareava a praia e a cidade.

Encontramos motivos de sobra para recomendar uma ida à Croácia, pelas suas praias (sem areia, só com pedrinhas, mas com um mar de uma transparência nunca vista, embora misture o verde e o azul de forma impecável!), que fervilham no verão europeu; pela forma acolhedora e simpática das pessoas da região; pelas suas cidades, que ainda guardam em si verdadeiros tesouros arquitetônicos, com palácios, muralhas e templos; e, ainda, que pela riqueza gastronômica e cultural desse incrível país que, com certeza, mostrou ter superado todo o drama decorrente da Guerra da Bósnia, na recente década de 90.

SPAGUETTI COM CAMARÃO

AO MOLHO DE TOMATE E PESTO GENOVESE

Por Elaine Cardoso de Matos Novais

Sempre gostei um pouco de cozinha, especialmente de executar receitas fáceis e agradar pessoas queridas. Comecei a fazer este prato, porque, quando saímos para almoçar ou jantar, Mário, meu esposo, sempre pedia o mesmo prato... Cansada de dividir este prato com ele e buscando poder experimentar outras delícias nos restaurantes, tratei de tentar executá-lo em casa. Deu certo. Hoje, quando pergunto um prato que ele quer que faça, sempre responde a mesma coisa... "Aquele spaguetti com camarão"... rsrsrs

INGREDIENTES

500g de spaguetti
400g de molho de tomate pouco condimentado ou tomate pelado (lata de tomate sem pele vendida em supermercados ou lojas especializadas)
100 g de molho pesto (aproximadamente 4 colheres de sopa cheias)
1kg de filé de camarão
azeite
sal
1 cebola picada
alho a gosto

MODO DE PREPARO

Tempere o camarão com um pouco de alho, azeite, limão. Deixe o sal para o momento do cozimento.

Refogue a cebola picada e o alho amassado em uma colher de sopa de azeite.
Adicione o tomate pelado e o pesto e deixe cozinhar até o molho encorpar um pouco. Em seguida, acrescente o camarão ao molho e deixe no fogo brando por alguns minutos apenas, para que o camarão não fique borrachudo.
Por fim, ajuste o sal e a pimenta a seu gosto.

Paralelamente, coloque o macarrão para cozinhar com um fio de azeite e um dente de alho (este você retira quando escorrer o macarrão) por cerca de cinco a sete minutos, conforme a instrução da embalagem do produto e o seu gosto. Depois de ferver, adicione sal.

Escorra o macarrão, coloque o molho por cima, decore com lascas de parmesão e é só aproveitar.

Minha Amada Imortal

Por Luiz Mário Guerra

Um drama imperdível! Esta é a melhor definição para a obra de Bernard Rose. O filme britânico e estadunidense, de 1994, retrata a saga de Schindler (Jeroen Krabbé), velho e leal amigo de Ludwig van Beethoven (Gary Oldman), para descobrir a verdadeira identidade da herdeira do compositor, mencionada em testamento apenas como "minha amada imortal".

Morto Beethoven, seu fiel escudeiro decide a todo custo encontrar a dona da fortuna, revivendo biograficamente a aventura da vida do gênio e revelando os segredos mais recônditos do grande mestre.

"O amor exige tudo e com razão", escreveu Beethoven numa carta post mortem revelada, tentando explicar todos os sacrifícios típicos de uma relação oculta e supostamente proibida.

Mas o mistério que cerca a identidade desta mulher é apenas uma das temáticas da obra. O filme também mostra a personalidade peculiar do compositor, seus traumas, frustrações pessoais e todos os elementos de ordem moral, social, emocional e familiar, que influenciaram profundamente a sua obra e forjaram a sua linguagem musical.

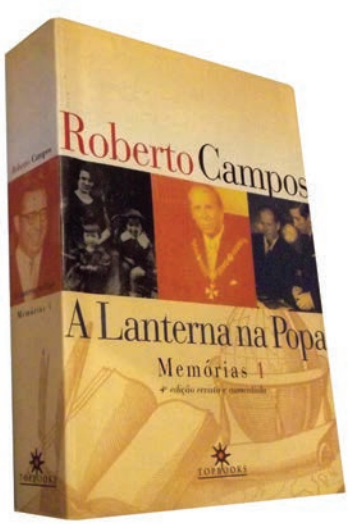
Considerado um dos compositores mais respeitados e mais influentes de todos os tempos, Beethoven (1770-1827) ficou marcado pelo temperamento excêntrico e pelo ímpeto indomável. Suas obras caracterizavam-se pelo forte apelo à liberdade política, à liberdade artística do indivíduo, à liberdade de escolha, de credo e à liberdade individual, em todos os aspectos da vida.

Embora o roteiro do longa passe ao largo das influências políticas do compositor, "Minha Amada Imortal" vale a pena cada minuto, seja pela densidade da narrativa, ou pela importância histórica de Beethoven para a música mundial. Enfim, é um filme que eu recomendo fortemente a todos os amantes da história e da arte!

A lanterna na Popa

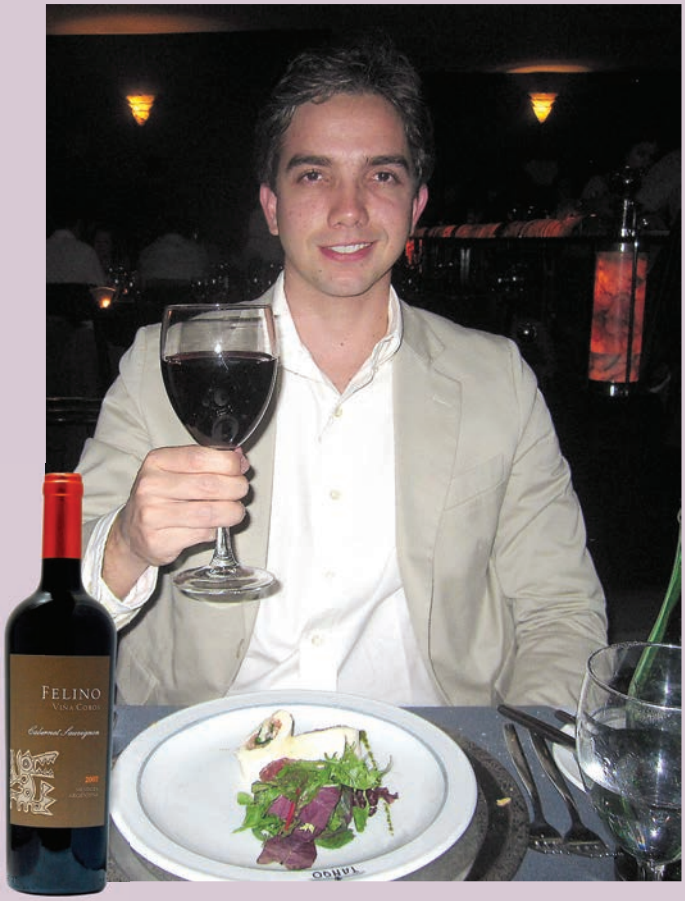
Por Cláudio Roberto Alves Emerenciano

A obra "A lanterna na Popa", memórias do economista, diplomata e ex-ministro Roberto Campos, foi um dos livros que mais me impressionaram pela abrangência de temas e conhecimentos. Uma aula de sabedoria, em dois volumes, ministrada por um homem culto e prático. Numa narrativa de extenso conteúdo, encontramos um histórico de fatos políticos importantes, nacionais e mundias, focados pelas lentes de alto nível do autor. Um passeio pela história, sob vários enfoques. Especialmente sobre o Brasil, relatos que contemplam períodos em que nossas instituições passaram por experiências singulares, das quais muitas lições formataram a maturidade ideológica do País. Uma obra densa, uma contribuição aos brasileiros. A compreensão de fatos e questões submetidos a um competente olhar técnico e político. Um aprendizado riquíssimo, uma leitura indispensável.



Felino de Cobos

Por Flávio Sérgio de S. Pontes Filho



Há pouco mais de um ano, comecei a me aventurar no "mundo dos vinhos". Digo "mundo" sem medo algum de estar cometendo algum exagero, pois esta é, realmente, a palavra mais apropriada para expressar a grandeza e variedade desta bebida milenar. De lá pra cá, venho tentando sempre conhecer pelo menos um rótulo diferente a cada semana, fazendo pequenos jantares de harmonização com a família e amigos. Durante essa minha pequena experiência, pude constatar o motivo pelo qual cada vez mais pessoas estão se tornando adeptas dessa bebida: cada vinho é capaz de proporcionar uma sensação única, e isso faz despertar o interesse em conhecer outros rótulos com uvas, safras, regiões e vinícolas diferentes. Dentre os vinhos que pude degustar nesse período, o Felino de Cobos, Cabernet Sauvingon, safra de 2009, foi um dos que mais gostei. Este é considerado um vinho de entrada da Vinã Cobos (renomada vinícola argentina da região de Luján de Cuyo, Mendonza), mas o seu sabor e o custo acessível fazem toda a diferença. É um vinho elaborado com 100% Cabernet Sauvingon, envelhecido nove meses em barrica de carvalho, com teor alcoólico de 14,8% e potencial de guarda de 6 anos. Mostra-se encorpado, com taninos firmes, frutado e com baixo teor de acidez, sendo ideal para acompanhar massas e carnes.

Viña Cobos - Argentina

Posse dos Novos Promotores

Curso de Tiro - Natal/Mossoró

ampern
ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PLANO DE MÍDIA

AMPERN

A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte – AMPERN é formada por 318 associados, entre Promotores e Procuradores de Justiça - ativos e inativos -, além de pensionistas de membros do MP do Estado do Rio Grande do Norte. Seu principal objetivo é a defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos seus associados, bem como a defesa da autonomia e dos interesses gerais do próprio Ministério Público potiguar. A AMPERN mantém os seus associados constantemente informados sobre as inúmeras ações desenvolvidas através dos seguintes meios de comunicação: uma revista com circulação trimestral, um site e um informativo eletrônico semanal - AMPERNews.

Revista da AMPERN

A Revista da AMPERN tem tiragem de 500 exemplares, periodicidade trimestral e distribuição gratuita para os Promotores e Procuradores de Justiça do Rio Grande do Norte, membros do Ministério Público – ativos, aposentados e pensionistas. A publicação também é distribuída aos membros da Magistratura (Juízes e Desembargadores), além de órgãos dos poderes Executivo e Legislativo, Tribunal de Contas do Estado, Procuradoria da República e Justiça federal. A Revista da AMPERN divulga as ações da Associação, além de dicas de cultura, gastronomia, livro, viagem, saúde, esporte, lazer, entre outras. O projeto gráfico é da Faça! Comunicação e Design, impressão da Unigráfica e edição da jornalista Zenaide Castro.

Site da AMPERN

Com layout moderno e de fácil acesso, o site da AMPERN é um canal de comunicação dinâmico, sendo uma real fonte de informações acerca de Associação. Eventos, novidades, informes... Uma importante ferramenta de comunicação colocada à disposição dos associados, do público externo e dos parceiros da AMPERN, que têm um espaço com excelentes índices de visitação à disposição de sua marca. O site é atualizado pela competente empresa Maxmeio. O endereço é www.ampern.org.br.

AMPERNews (Informativo Eletrônico)

O informativo eletrônico da AMPERN circula semanalmente pela internet, enviado para os e-mails dos associados, contendo as informações dos fatos e eventos ocorridos na semana e as ações que serão desenvolvidas nos dias seguintes. A produção é da Maxmeio, empresa também responsável pelo envio do AMPERNews.

ampern
ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PLANOS

STANDARD

Revista da AMPERN - Anúncio de 1 página em 02 (duas) edições
Site da AMPERN – inserção de 1 banner no período 03 (três) meses
Valor: R$ 3.500,00

EXECUTIVO

Revista da AMPERN - Anúncio de 1 página em 03 (três) edições
Site da AMPERN - inserção de 1 banner no período 06 (seis) meses
AMPERNEWS (Informativo Eletrônico) - 1 banner no período de 06 (seis) meses
Mala Direta eletrônica - 03 (três) envios
Mala Direta (via correio) - 01 (um) envio
Valor: 7.000,00

PREMIUM

Revista da AMPERN - Anúncio de 1 página em 04 (quatro) edições (pacote anual)
Site da AMPERN - inserção de 1 banner no período 12 (doze) meses
AMPERNEWS (Informativo Eletrônico) - 1 banner no período de 12 (doze) meses
Mala Direta eletrônica - 06 (seis) envios
Mala Direta (via correio) - 03 (três) envios
Valor: 10.000,00

Obs.: Os custos com o envio da mala direta pelo correio serão pagos pelo cliente. Todo o material deve ser entregue ou encaminhado já pronto para divulgação ou envio. Caso contrário, será cobrado um valor para a produção do material.

Para anunciar, ligue: 84 3206-8500

Banco BMG.
O Banco do Crédito Consignado.
BANCO
BMG

XX
CONGRESSO NACIONAL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DE 30 DE OUTUBRO A 2 DE NOVEMBRO DE 2013
CENTRO DE CONVENÇÕES DE NATAL - RN
25 ANOS DO NOVO
MINISTÉRIO PÚBLICO:
A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE

PROMOÇÃO

CONAMP
Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

REALIZAÇÃO

ampern
ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PATROCÍNIO

CNseg
RN GOVERNO DO ESTADO
PROCON RN
BANCO BMG
SINDICOM
BANCO DO BRASIL
BNDES
CNI
SEBRAE
350 anos
CORREIOS
FebraTel
NATAL
PETROBRAS
Norte Energia
Braskem
Novas formas de ver o mundo
CAIXA
cosern Grupo Neoenergia
coelba Grupo Neoenergia
BRASIL

APOIO

Câmara Municipal de Natal
Fecomércio RN
Sesc Senac
inpEV
NATAL

APOIO INSTITUCIONAL

CNPG
MPRN

AGÊNCIA ORGANIZADORA

verbo
Comunicação & Eventos

AGÊNCIA DE VIAGENS

FLYTOUR
Serviços de Viagens

CIA AÉREA OFICIAL

TAM

PARCEIRA

marca
PROPAGANDA